

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
INTEGRADA À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.**

**ALUNOS DO PROEJA IFG/JATAÍ: QUEM SÃO? POR ONDE
ANDAM?**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás /IFG em parceria com Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Especialista em Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Orientadora: Prof. Dr^a. Maria Emilia de Castro Rodrigues

LUZIA SILVA MOTTA

Jataí-GO, ago./ 2009

**ALUNOS DO PROEJA IFG/JATAÍ: QUEM SÃO? POR ONDE
ANDAM?**

LUZIA SILVA MOTTA

**ALUNOS DO PROEJA IFG/JATAÍ: QUEM SÃO? POR ONDE
ANDAM?**

**Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação
lato sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia,
para obtenção do grau de Especialista em Educação Básica na
Modalidade de Jovens e Adultos aprovada em 07/08/2009, pela banca
examinadora constituída pelos seguintes professores:**

Prof^a. Dr^a Andréia Ferreira da Silva – UFG

Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira – UFG

Prof^a. Dr^a. Maria Emilia de Castro Rodrigues - UFG

RESUMO

A presente monografia buscou analisar “Quem são e por onde andam os alunos do Curso de Edificações”, do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), atualmente denominada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFG) em Jatai-GO, da primeira turma do curso implementado no ano de 2006, com vistas a verificar como se deu e o que levou ao processo de evasão escolar destes educandos, as possíveis causas da evasão que ocorreu e as que persistem até os dias atuais. O interesse pelo assunto surgiu da questão intrigante sobre a forma como a evasão neste curso vem acontecendo. Neste sentido procurou-se evidenciar qual a importância da permanência do jovem e adulto no âmbito escolar e se é possível encontrar caminhos que mude essa triste realidade. Partindo dessa reflexão sentimos a necessidade de aprofundar esta temática, por considerar a questão da evasão cada vez mais presente na educação brasileira. O que se discute em geral são formas para amenizar e até mesmo erradicar a situação vigente, isso ocorre em forma de curso de capacitação, palestras entre outros. Essa pesquisa foi realizada por meio de um estudo de caso, recorrendo a leituras de estudiosos da área, tais como Ciavatta, Ramos e Frigotto (2005), Barone (2000), Cury (2007), Oliveira (1999), Ventura (2006), bem como a instrumentos da pesquisa etnográfica, como observação e questionários, aplicados junto aos alunos. No primeiro capítulo abordamos a questão da educação de jovens e adultos e o mundo do trabalho, buscando compreender ao longo do contexto histórico da EJA por que esses jovens e adultos trabalhadores encontraram grandes empecilhos para estudar. O 2º capítulo, denominado “O cotidiano da EJA: mecanismos de ‘não’ acesso e ‘não’ permanência do aluno na escola” destacou que motivos levam esses alunos a evadirem da escola de Jataí. Após o estudo das possíveis causas da evasão foi possível ainda reafirmar posições a respeito da implantação do curso e da importância da instituição na vida do educando e rever outras em relação ao tema. Os resultados dessa pesquisa apontaram como causa principal da não permanência dos alunos no Curso de Edificações a questão do trabalho, além de outros fatores que interferem no processo como: problemas financeiros, transporte, saúde entre outros. Os alunos pesquisados exercem diversas profissões sem formação específica e estão na faixa etária entre 19 e 40 anos ou mais, e pretendem voltar a estudar, todos afirmaram que a formação é essencial na vida do ser humano.

SIGLAS UTILIZADAS

CEAA - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológico

CNEA - Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo

CNER – Campanha Nacional de Educação Rural

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPC - Centro Popular de Cultura

EDA – Educação de Adultos

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENEJA – Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos

IFE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEB - Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério da Educação; Ministério da Educação e Desporto.

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MCP – Movimento de Cultura Popular

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

FNEP – Fundo Nacional do Ensino Primário

UNE – União Nacional dos Estudantes

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O MUNDO DO TRABALHO:

SUJEITOS DA EJA 08

1.1. Um pouco da história da EJA.....11

1.2. Educação, Trabalho e Política. Uma relação inevitável.....24

1.3. Proeja.....27

1.4. Traçando um Perfil do aluno na educação de Jovens e Adultos no Brasil.....33

1.4.1. O Educando e o Educador do Proeja/IFG- Jataí..... 34

CAPITULO 2

O COTIDIANO DA EJA: MECANISMOS DE “NÃO” ACESSO E “NÃO”

PERMANÊNCIA DO ALUNO NA ESCOLA.....39

2.1. Currículo e Trabalho.....39

2.2. Avaliação inclusiva do aluno do Proeja.....48

2.3. Refletindo uma nova visão n a formação do professor do Proeja.....52

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....55

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....57

ANEXOS.....60

INTRODUÇÃO

O tema em estudo “Alunos do PROEJA IFG – JATAÍ: quem são? Por andam?” aborda a questão da evasão dos alunos no ano de 2006 do Curso Edificações/PROEJA de Jataí - Goiás.

Nesse estudo buscou-se conhecer, discutir, analisar e interpretar problemas que interferem na permanência do educando na instituição e os principais motivos dos mesmos terem desistido do curso. A pesquisa teve como objetivo diagnosticar os motivos que levaram os alunos que ingressam no Curso de Edificações a evadirem do mesmo.

O problema investigado direcionou para as seguintes questões, quem são esses alunos? Por onde andam? Porque desistiram do curso? Diante destas indagações, para coleta de dados foram usados vários procedimentos metodológicos como análise documental (leis, pareceres, histórico do projeto do curso estudado); aplicação de questionários, coleta de depoimentos por meio de entrevistas com alguns professores e coordenação pedagógica. A pesquisa de campo foi iniciada em abril e o término ocorreu em julho de 2009, com aplicação de questionários dos alunos evadidos. Foram aplicados 12 questionários com alunos evadidos do curso, com posterior tabulação e lançamentos dos resultados nos gráficos. Também realizamos entrevista com professores e a coordenadora pedagógica.

Usamos como referencial teórico as leituras de Ventura (2007), Paiva (1997), Oliveira (1999), Frigotto (2005), entre outros autores que contribuíram para subsidiar a análise dos dados, os quais foram organizados em dois capítulos, a seguir descritos. O primeiro capítulo intitulado “Educação de Jovens e Adultos e O Mundo do Trabalho: Sujeitos da EJA”, que aborda a história da educação desde a colonização até os dias atuais enfocando a EJA e a implantação do Proeja em Jataí. O segundo capítulo trata sobre: “O Cotidiano da EJA: Mecanismos de “não” acesso e “não” permanência do aluno na escola” demonstra a questão da evasão, a importância do currículo integrador na EJA/Proeja e a relação da educação com o trabalho, trazendo ainda os dados revelados pelos sujeitos pesquisados.

Se você acredita que o conhecimento é importante na vida do ser humano, mergulhe nessa história e conheça um pouco mais sobre essa modalidade de ensino no Curso do Proeja em Jataí.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O MUNDO DO TRABALHO: SUJEITOS DA EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino voltada para pessoas que não tiveram acesso ao ensino regular na idade apropriada, como bem ressalta a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN ou LDB), Lei nº. 9.394/96:

A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal de 1988, artigo 205).
O dever do estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola (LDB, Lei nº. 9.394/96, artigo 4).

A história da EJA está ligada às transformações sociais econômicas e políticas que caracterizam os diferentes momentos históricos do país. Por vivermos em uma sociedade que sofre constantes impactos de transformação social é imprescindível que as pessoas que nela vivem se atualizem. Hoje com o avanço da tecnologia se faz necessário a utilização da escrita nas interações sociais. Para conhecer os bens que foram produzidos historicamente são necessários novos conhecimentos, novas informações, novos valores e novas atitudes, entre elas, frente aos textos que são lidos e produzidos.

Se há tempos atrás saber ler e escrever eram privilégios de poucos, atualmente é uma das condições para navegar numa sociedade na qual o domínio da leitura e escrita é mediador de uma enorme gama de bens e serviços produzidos socialmente. Saúde, segurança, lazer e trabalho são necessidades básicas fundamentais ao bem estar de qualquer ser humano que queira viver com dignidade no mundo do qual faz parte.

No entanto, mesmo de posse desse saber, nem sempre estas necessidades básicas acima citadas serão garantidas, e faz-se necessário lutarmos em prol da

conquista de nossos direitos, que numa sociedade excludente, ainda não estão efetivamente garantidos. Assim, agregadas às necessidades essenciais de sobrevivência, surgem novas necessidades, incluindo o domínio da leitura e escrita e posteriormente um conhecimento mais amplo. Nesse sentido, discutir os significados que os adultos atribuem ao processo de alfabetização e a inclusão no mundo do trabalho, auxilia-nos a compreender quais as necessidades e os anseios apontados por esses sujeitos, haja vista que estes sujeitos são motivados a buscar cursos da EJA e verem satisfeitas suas expectativas em relação a esse aprendizado.

Objetivando conhecer e compreender os impactos que a escolarização tardia acarreta na vida dos jovens e adultos, é que buscamos o curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o qual abriu possibilidades para a compreensão de aspectos diversos que interferem no universo da educação dos jovens e adultos, bem como pesquisar quem são os sujeitos alunos do Proeja, por onde andam e quais os motivos que levam à sua evasão. Entre estes o foco principal recairá sobre a dificuldade que estes têm em voltar às atividades escolares e permanecer até o final do curso, obtendo assim o êxito esperado.

Os caminhos trilhados por jovens e adultos que vêm na escola a melhor forma de resgatar sua dignidade são cheios de empecilhos, mesmo sabendo dos seus direitos e o quanto este tem sido negado, o que nos faz refletir que esses sujeitos precisam sair do anonimato e resgatar a sua história social. Paiva (1997a, p.1) aborda essa questão de forma clara e concisa quando diz que:

[... Na] história da educação de jovens e adultos de modo geral, a Educação aconteceu desse jeito, porque esteve sempre ligada aos interesses econômicos que mais que todos os outros interesses, determinam a vida dos países e a das pessoas, especialmente a das mais pobres. A maioria das ações educativas se deu pensando em como ter ou não ter escolaridade; ser ou não ser analfabeto; ter ou não ter analfabetismo poderia afetar a riqueza acumulada pelos que detêm o capital.

A que ponto chegamos! A educação deve ser direito de todos, mas o que acontece é que esta, ainda não atingiu a todos efetivamente e muitas vezes, mesmo a parcela da população que a ela tem acesso não consegue concluir com eficácia, sofrendo desde a colonização, sendo excluído do sistema educacional, compondo um grande contingente de jovens e adultos analfabetos totais, funcionais ou mesmo que não conseguem concluir a educação básica. É extremamente importante ressaltar que independentemente da vontade da elite, às classes menos favorecidas, aqueles que lutam

incansavelmente por um lugar ao sol também produzem cultura, esse fato lhes confere identidade, dignidade e ainda lhe dá o subsídio para resistir aos comandos que lhes são impostos. Resistência e compreensão são fundantes para que as classes populares saibam da importância do conhecimento adquirido nos bancos escolares e das inúmeras conquistas adquiridas. “Que papel, então, o sistema de ensino tem representado nesse cenário? Para os que conseguiram ter acesso à escola: o que ensina, por que e para quê” (PAIVA, 1997b, p. 01-02). O que se acaba discutindo é a própria questão da qualidade dessa escola: o que ensina, porque e para quê. Trata-se de uma educação voltada para os interesses econômicos.

Na intenção de amenizar os transtornos que assolavam a EJA, a UNESCO convocou no ano de 1997 todos os países membros da ONU para participarem da V Conferência Internacional de Educação de Adultos – V CONFINTEA, a qual ocorreu em Hamburgo na Alemanha. Em preparação a essa Conferência ocorreram encontros envolvendo representantes de instituições, de Organizações Não-Governamentais (ONGs), líderes do poder público (municipal, estadual e federal), universidades, e representantes da sociedade civil, que discutiram temáticas e através de experiências vivenciados pelos participantes apontaram caminhos a serem seguidos.

Nesse sentido é possível perceber que movimentos em relação a EJA já vem ocorrendo há algum tempo e isso nos mostra que mesmo com erros e acertos o caminho é esse: promover encontros, socializar experiência e a partir daí fortalecer e inovar as ações a serem trabalhadas com os alunos da EJA, pois é necessário ter claro que se deve ensinar conteúdos atrativos que estejam relacionados com o dia-a-dia dos educandos e que estes venham fazer parte do mundo de trabalho. Conteúdos esses que motivem o aluno a permanecer na sala de aula e almejem um futuro melhor tanto no trabalho quanto na realização pessoal.

É necessário que o aluno descubra que no espaço escolar além de adquirir conhecimentos, este serve para criar novas amizades, sorrir e ficar triste junto às pessoas que ali estão para apoiarem e dar a força necessária para que siga sua jornada sem tropeços. Mas sobre esse jovem e adulto que muitas vezes chega à escola, cheio de dúvidas e incertezas os professores se perguntam sobre seu modo de ser, pensar e agir:

Embora saibamos por que estão ali. Não sabem quem somos embora saibam por que estamos ali. E isto é tudo. Ah! Um pouco mais: Pensam que sabemos tudo, porque somos seus professores. E pensam que não sabem nada, porque tem de estar ali (PAIVA, 1997a, p.04).

Essa citação nos faz pensar nesses jovens e adultos que se apresentam ali à nossa frente, quem são? Vieram somente atrás do certificado ou querem algo mais? São casados? Solteiros? Desempregados? Qual o seu perfil? Por que pensam que os professores são os donos do saber? Trazem consigo uma concepção tradicional de escola? O que pensam e esperam dela? São tantas indagações que passam pelas suas cabeças que nós, professoras e professores, na maioria das vezes, nem nos damos conta.

É papel de o professor estar atento a essas particularidades e procurar conhecer a história desses jovens e adultos e dar um atendimento mais caloroso a eles, pois estes são alunos que tiveram parte da sua história interrompida, mas que agora precisa ser retomada. Paiva (1997) analisa essa questão, o que nos remete a observar o perfil do aluno da EJA, tratado muitas vezes de forma estereotipada, levando a análises equivocadas:

[...] É o fato de se julgar que o trabalho com jovens e adultos é para “resgatar” a escolaridade perdida, e que, para isso, deve ser feito mais rapidamente, que, para ser mais rápido, precisa de menos conteúdos, que se tirem os mais difíceis porque “eles não vão aprender mesmo”... A idealização que os cursos fazem é a de que as crianças das escolas públicas são as de classe média; de famílias típicas, onde todos têm trabalho; casa; carro e, logicamente uma empregada doméstica talvez negra, analfabeta, o que ajuda a explicar a pobreza e a desqualificação, pela falta de estudo (PAIVA, 1997, p 01).

Para entendermos melhor quem são e por onde andam os alunos do Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja), nosso objeto de estudo, iniciaremos discutindo quando e como surge o Proeja, bem qual a sua importância em relação à educação, e para tal é imprescindível que se faça uma retrospectiva histórica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

1.1- Um pouco da história da EJA

No início de nossa colonização, já nos deparamos com o regime de escravidão, em que a mão de obra era utilizada sem ao menos se preocupar com o intelecto dos trabalhadores. Nesse período a educação era oferecida somente para a nobreza, ou seja, filhos de grandes proprietários de terras, que possuíam condições de enviá-los para estudarem na Europa, pois na época não havia um sistema escolar público que atendesse a classe popular, sendo que a educação basicamente era oferecida pelos Jesuítas, que se preocupavam mais com a formação religiosa.

Com a chegada da família real no Brasil, o Estado começou a desenvolver políticas educacionais, mas estas ainda privilegiavam a nobreza. Assim, com esta visão elitista de educação, que mudou de roupagem, mas não de concepção, chegamos aos dias atuais com um número extraordinário de analfabetos. Para desenvolver o trabalho no meio rural, não se fazia necessário saber ler e escrever, e muito menos o Estado preocupava-se com isto. Na época os trabalhos nas fazendas eram manuais, braçais e não necessitavam usar a leitura ou a escrita para isto.

Na década de 1930, o deslocamento do modelo agrícola e rural para um modelo industrial e urbano de produção, gerou a necessidade de mão de obra qualificada e alfabetizada o que demandou uma crescente necessidade de escolarização dos trabalhadores. Assim os trabalhadores passaram a pressionar cada vez mais na busca por educação. Com o encerramento da Segunda Grande Guerra Mundial, os organismos internacionais, também pressionaram o Estado para que promovesse campanhas educacionais, a fim de reduzir o analfabetismo e aumentar o consumo e a mão de obra especializada, pois, com o processo de industrialização no Brasil era necessário que a população soubesse ao menos ler as instruções dos manuais dos novos equipamentos e entendê-los para poder utilizá-los.

Desse modo várias medidas políticas e pedagógicas foram sendo adotadas como: a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), a Campanha Nacional de Educação Rural etc. Assim, desde a revolução de 1930, as mudanças políticas e econômicas, bem como as pressões sociais, nacionais e internacionais levaram ao início de constituição de um sistema público de educação no país. A Constituição Brasileira de 1934 estabeleceu a criação de um Plano Nacional de Educação, que indicava a educação ser dever do Estado, o qual deveria incluir em suas normas a gratuidade e a frequência obrigatória, extensiva para adultos, o que gerou referência à EDA nas constituições estaduais.

Mas somente na década de 1940 surgiram algumas iniciativas em âmbito nacional que ofertaram a educação de adultos, ainda que em espaços fora dos sistemas oficiais de ensino, a partir da criação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), que destinava um percentual de 18% para o atendimento da EDA; a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP); o lançamento da Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Portanto,

Para aqueles que não tiveram acesso ao sistema regular de ensino só restaram às campanhas aligeiradas que não consideravam o educando como sujeito e nem a realidade do aluno, desconsideravam o trabalho como princípio educativo e viam o aluno como uma tabula rasa um incapaz (VENTURA, 2007, p 16).

Dentre as inúmeras campanhas realizadas algumas se destacaram como: a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) e a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER). A CEAA possuía duas estratégias: os planos de ação extensiva com vistas à alfabetização de grande parte da população e os planos de ação em profundidade que visavam à capacitação profissional e atuação junto a comunidade. O objetivo era aprofundar o trabalho educativo. Essa campanha atuou no meio rural e no meio urbano. No meio urbano objetivava a preparação de mão de obra alfabetizada para atender as necessidades do contexto urbano-industrial, enquanto no meio rural, buscava fixar o homem no campo. No ano de 1947, realizou-se o 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos, onde foi lançado a CEAA, a qual teve um processo de ascensão no período de 1947 a 1953. Em 1958, a CEAA sofreu severas críticas no decorrer do II Congresso de Educação de Adultos, tanto no que se refere ao material didático-pedagógico e metodologia utilizada, o distanciamento da realidade do aluno, e sendo considerada, entre outros aspectos de caráter eleitoreiro.

Em 1952, como parte da CEAA, foi criada a CNER, a qual se caracterizou no período de 1952 a 1956, como uma das instituições promotoras do processo de desenvolvimento de comunidades no meio rural brasileiro. Ela contava com um corpo de profissionais de áreas diversas como agronomia, veterinária, medicina, economia doméstica etc., inclusive do Departamento Nacional de Endemias Rurais – DENERu, que realizavam trabalho comunitário junto à população da zona rural.

Segundo Ventura (2007, p. 19-20) “Essas campanhas organizaram um número significativo de classes de alfabetização, com o objetivo de levar a educação de base aos brasileiros iletrados das cidades e das zonas rurais”. O processo de alfabetização aconteceria em 90 dias e a concretização do curso primário em dois períodos de sete meses. No período subsequente ações eram desenvolvidas no intuito de capacitá-los.

Nos anos 1950, foi realizada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), que marcou uma nova etapa nas discussões sobre a educação de adultos, que teve como principal divulgação o II Congresso Nacional da Educação de Adultos, foi realizado no Rio de Janeiro, sob a convocação do governo federal, a partir

da desmoralização e declínio da CEAA, com o objetivo de fazer uma revisão, juntamente com os profissionais da educação, do que se fizera no Brasil em termos de campanha de alfabetização e de buscar soluções mais adequadas para o problema do analfabetismo adulto. Esse evento foi antecedido por estudos apresentados em seminários regionais, que geraram 270 teses. Nesse contexto, mereceu destaque a proposta de um grupo de educadores nordestinos liderados por Paulo Freire. O grupo apresentou um relatório que invertia toda a lógica vigente das práticas tradicionais de alfabetização, que priorizava apenas a educação instrumental até então concebida pelo Governo Federal, e apontava para um processo de alfabetização crítico e transformador. Relatório esse que mudava o sentido da aprendizagem, essa deveria dar suporte ao indivíduo em todos os aspectos: políticos, sociais, econômicos.

Na década de 1960, Paulo Freire trouxe um referencial teórico voltado exclusivamente para a educação de adultos, pautado nos princípios que valorizam o saber e a cultura dos educandos, considerados produtores de conhecimento e engajados em uma educação dialógica. Além do trabalho desse educador, vários movimentos da educação popular surgiram no sentido de inovar a educação e ampliar a participação das massas no processo político.

A história da EJA no Brasil está muito ligada a Paulo Freire. Durante muitos séculos, para alfabetizar alguém, se utilizava do método silábico de aprendizagem, ou seja, partia-se da idéia de que conhecendo as sílabas e juntando-as poderia formar qualquer palavra. Por essa concepção, não se desenvolvia o pensamento crítico, o importante era dominar o código. Freire apontou para novas concepções pautadas: nos princípios que valorizavam o saber e a cultura dos educandos, considerados por ele como produtores de conhecimento; em uma educação dialógica; na interação educando e sociedade; em uma perspectiva em que o alfabetizador tenha preocupação de que seus alunos estejam compreendendo o sentido para o sistema da escrita; na articulação do conhecimento com a realidade do educando, levando-se em conta suas experiências etc. A proposta pedagógica de Paulo Freire tem como objetivo a alfabetização visando à libertação. Essa libertação se dá essencialmente nos campos sócio-cultural, político e econômico.

O Movimento de Cultura Popular (MCP) criado por estudantes universitários, artistas e intelectuais pernambucanos no ano 1960, desenvolvia propostas populares como o teatro e outras atividades culturais realizadas em lugares públicos e ao ar livre como praças públicas com a intenção de propiciar educação e maiores condições

intelectuais aos trabalhadores. Nesse sentido, estes teriam acesso à leitura e a escrita tornando-se aptos a entenderem a política que estava a sua volta e as transformações sociais das quais estes eram os sujeitos e alvo principal.

O Movimento de Educação de Base (MEB) surgiu em 1961, promovido pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e patrocinado pelo Governo Federal, fazendo uso da educação de base, transmitida pelas emissoras católicas. Nele, os setores progressistas da Igreja, juntamente com a Juventude Universitária Católica (JUC), foram os que mais se destacaram.

No que se refere ao Centro Popular de Cultura (CPC), ligado a União Nacional dos Estudantes (UNE), este era voltado à manifestações artísticas culturais como teatro, música, cinema que voltavam-se para formar no cidadão a consciência política e cultural, através de debates sobre os problemas sociais, que envolviam a população menos esclarecida. A partir de 1962 o CPC passou a atuar com maior intensidade no processo de alfabetização de adultos.

Em 1961, ano das grandes manifestações populares, inicia-se a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, desenvolvida pela Secretaria de Educação de Natal/RN. Nessa campanha foram criadas bibliotecas, centros de formação de professores, círculos de leituras, praças de cultura e esportes, compreendendo o processo educativo numa perspectiva mais ampla. Segundo Jaqueline P. Ventura (2007, p. 24).

A Campanha objetiva a imediata extensão das oportunidades educacionais para toda a população daquela região. As dificuldades financeiras e institucionais para a implantação de um programa de tal proporção impulsionaram a construção de acampamentos escolares abertos, onde se alfabetizava crianças e adultos das classes populares.

Com o golpe militar de 1964 todos os movimentos de alfabetização, que se vinculavam à idéia de fortalecimento de uma cultura popular, foram reprimidos. O Movimento de Educação de Base (MEB) sobreviveu por estar ligado ao MEC e à Igreja Católica. Todavia, devido às pressões e escassez de recursos financeiros, grande parte dos sistemas estaduais encerrou suas atividades em 1966.

Dessa forma, a alternativa encontrada, para responder às indagações da sociedade sobre os índices altíssimos de analfabetismo que persistia e a necessidade de qualificar a população, foi a fundação do Movimento Brasileiro (MOBRAL), em 15 de novembro de 1967, pela Lei nº. 5370/67, tendo o início de suas atividades sido desenvolvidas em setembro de 1970. O Mobral em seu início era restrito à fase da

alfabetização de jovens e adultos, com prioridade entre 15 a 30 anos, com vistas à formação de mão de obra. No entanto, no seu desenrolar, estendeu sua atuação ao processo educativo das séries seguintes, atuando com caráter de alfabetização funcional e educação continuada aos adultos analfabetos, envolvendo o ensino primário condensado.

Os recursos destinados ao Mobral eram enormes, estes se organizava através de comissões que eram responsáveis pelas atividades a serem executadas, ficando assim responsável pela produção do material didático que era o mesmo para ser usado de norte há sul do país, seu lema era: o fracasso ou o êxito da aprendizagem era de exclusiva responsabilidade de cada um, ficando o Estado, de caráter autoritário e que detinha o controle ideológico e político, isento de qualquer responsabilidade. Como mostra Rodrigues (1990):

A idéia de responsabilidade pessoal pelo êxito ou fracasso frente aos seus objetivos, favorecia a diminuição dos riscos de haver contestação das estruturas sócio-político e econômico por aqueles que não se realizassem na sociedade, bloqueando a mobilização social e a manifestação das massas.

Nesse sentido, o educando que ali se formava era individualista e não via sentido em lutar pelos seus ideais e nem os da categoria de trabalhadores. Tratava-se de um período em que os movimentos sociais eram fracos e desestimulados. Em seus 15 anos de existência o MOBREAL tinha uma enorme autonomia, ampliava e diversificava seu campo de atuação, lançava vários programas que iam do “Programa de Alfabetização Funcional (PAF), o Programa de Atendimento Pré-Escolar, passando pelo Programa de Profissionalização e pelo Programa de Educação Comunitária para o Trabalho” (VENTURA 2007 p 27).

Mesmo com todos os recursos destinados a ele e suas super estruturas, o MOBREAL obteve resultados insatisfatórios, pois segundo Paiva (1981 p 86):

A compreensão dessa nova campanha de massa deve ser buscada não apenas nas idéias que conectam educação e desenvolvimento econômico, mas também na sua utilização como instrumento de controle ideológicos das massas.

As críticas direcionadas ao MOBREAL foram muitas, sendo que a principal era a manipulação dos dados em favor da expedição de certificados como mostra Rodrigues (1999, p. 15):

Os resultados obtidos, perfazendo um total de 7,8% em dez anos de atuação (1970 a 1980), foram muito modestos, comparados ao montante de recursos que lançara mão. E, muitas vezes, a aprendizagem era tão precária que os alunos a ele retornavam, por não saberem ler e escrever. Estes, quando muito, assinavam o nome. E, enquanto para nós o MOBREAL não passou do

movimento que mais alocou recursos para não alfabetizar os milhões de analfabetos do nosso país, para organismos internacionais como a UNESCO, ele foi considerado um dos maiores e “eficientes” movimentos de alfabetização de massa do mundo, o que lhe rendeu o “Prêmio Iraque”, em 1982.

Esse prêmio é uma afronta para os brasileiros que vivenciaram a roubalheira que foi esse programa, pois os recursos não foram devidamente aplicados e nem os professores foram capacitados para ministrar o que seria um dos mais belos programas de alfabetização.

No ano de 1985, no início da Nova República, o MOBREAL foi extinto e bastante criticado por não atingir o objetivo proposto. Foi no Governo do Presidente José Sarney, com o Decreto 91.980 de 25 de novembro de 1985, que o MOBREAL passou a se chamar Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos, mais conhecida como Fundação Educar, a quem foi delegada a função de repassar os recursos ao Estado e municípios e outras entidades públicas ou privadas que trabalhassem com os programas de Alfabetização e Educação básica, mas o foco principal da Fundação era acabar de vez com “O Analfabetismo no Brasil”.

A Fundação Educar dava assistência e auxiliava com orientação da metodologia aplicada aos jovens e adultos, resgatando e colocando em prática a proposta de Paulo Freire. Em 1990, já na presidência de Fernando Collor de Mello, foi extinta a Fundação Educar e todos os seus funcionários foram colocados em disponibilidade para os estados e municípios.

Em Goiás, vários municípios trabalharam com a alfabetização e educação básica de jovens e adultos com o apoio da Fundação Educar, sendo que muitos dos educadores que atuavam na EJA eram professores habilitados, e inclusive aqueles que não o eram também recebiam os salários igual aos demais professores, uma conquista a mais do que a do MOBREAL. Só que as orientações pedagógicas repassadas eram feitas através dos orientadores e supervisores da própria escola, e pouco acrescentava para a formação dos professores que trabalhavam diretamente com os projetos.

A década de 70 foi marcada pela intensificação do ensino supletivo para jovens e adultos, sendo contemplado com um capítulo na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) do ano de 1971. A lei 5692/71 apontava diretrizes para o ensino supletivo que deveria “suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não tenham concluídos na idade própria”, isso aplicados pelas Secretarias Estaduais de Educação.

A lei anteriormente citada teve sua regulamentação pelo extinto Conselho Federal de Educação através do Parecer 699/71 que estabelecia a doutrina do ensino supletivo, pautada no tempo (de instalação), custo (aproveitando a ociosidade dos espaços) e efetividade (metodologias ligadas ao tecnicismo). No ano de 1974 o MEC propõe a implantação dos Centros de Estudos Supletivos (CES).

Os professores ligados a esses Centros trabalhavam de forma condensada e rápida através de cursos a distância ou semi-presencial. O atendimento era individualizado, com horário agendado, a frequência não era obrigatória e sendo assim não existia calor humano na relação professor e aluno, tudo era feito mecanicamente.

Ao término dos módulos o aluno era submetido a uma avaliação pela Instituição a qual ele estudava. Nessa forma de se trabalhar não existia a coletividade, nem tão pouco um espaço socializado de trocas, interação, e a aprendizagem voltavam-se exclusivamente para o “fazer” as avaliações e receber certificados.

É importante ressaltar que os professores não participavam da elaboração das avaliações, isso era uma maneira de manter o controle sobre o que era ensinado. Na metade da década de 80 através de um grupo de educadores que se uniram e encaminharam sugestões de Avaliações ao CES-GO que teve seu aval, para que essas fossem elaboradas na própria escola.

Esse conhecimento desvinculado da realidade do aluno ainda é comum nos dias atuais, mesmo ainda que a resolução do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica, a partir do Parecer 11/2000, do relator Jamil Cury tenha extinto essa forma de organização para os cursos da EJA e criado as Diretrizes para a EJA como modalidade da educação básica nos cursos direcionados a jovens e adultos permanecendo apenas os exames supletivos onde os alunos vão no dia marcado e fazem 3 ou 4 provas objetivas na tentativa de obter seu certificado.

Em 1985, com o processo de abertura política, houve as eleições indiretas e Tancredo Neves foi eleito presidente do Brasil, mas morreu antes de tomar posse e assumiu o vice-presidente José Sarney. Neste mesmo ano, estudantes educadores e políticos organizam-se em defesa da escola pública e gratuita para todos.

A nova Constituição de 1988 trouxe importantes avanços para a EJA, ao tornar o ensino fundamental como obrigatório e gratuito independentemente da idade, ou seja, este passava a ser garantido constitucionalmente também para os que a ele não tiveram acesso na idade apropriada. Esta Constituição apresentou o mais longo capítulo sobre a educação.

Durante dez anos houve o debate em torno da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, também denominada LDB), a qual foi aprovada como a Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, após terem substituído seu projeto original pelo do relator Darcy Ribeiro, representando um golpe nos movimentos da sociedade civil que haviam se mobilizado para a discussão e construção do primeiro projeto desta LDB.

A lei oportuniza a educação, a população de jovens e adultos que não estão na idade própria, estabelecendo a necessidade de uma abordagem pedagógica diferenciada que parta da realidade do educando incluindo, conteúdos metodologias processos de avaliação diferenciados dos alunos regulares. Se por um lado beneficia pelo outro e desamparada a não inclusão da EJA no fundo de manutenção do ensino fundamental e valorização do magistério (FUNDEF), e a diminuição da idade para prestações dos exames o que incentiva os jovens matriculados no ensino regular a abandonar as salas de aula e fazer a EJA em menos tempo, sendo que na maioria das vezes esses educandos ainda não trabalhavam podendo assim concluir seus estudos em vias normais.

No Parecer CEB nº. 11/2000, o relator e conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury abordou a importância da Educação e os impactos causados na vida daqueles que não a tem e ainda a questão do analfabetismo no Brasil, a nova concepção de EJA e ofereceu subsídios para a elaboração das diretrizes nacionais da EJA. O parecerista deixou claro em sua exposição que o Brasil continua exibindo um número enorme de analfabetos, apesar da queda anual e de marcantes diferenças regionais e setoriais, e que a existência de pessoas que não sabem ler ou escrever por falta de condições de acesso ao processo de escolarização deve ser motivo de autocrítica constante e severa. Segundo as estatísticas oficiais o maior número de analfabetos se constituem de pessoas: com mais idade, de regiões pobres e interioranas e provenientes dos grupos afro-brasileiros.

Para ele, nesta ordem de raciocínio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riqueza e na elevação de obras públicas. Ele ressalta que a ausência de escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto ou “vacionado” apenas para tarefas e funções “desqualificadas” nos segmentos do mercado, muitos destes jovens e adultos,

desenvolveram uma rica cultura baseada na oralidade da qual nos dão prova, entre muitos outros, teatro popular, os repentistas, as festas populares, festas religiosas etc.

Entretanto, o Parecer aponta que, de acordo com a V CONFINTEA, a alfabetização, concebida como o conhecimento básico, necessário a todos, num mundo em transformação, é um direito humano fundamental. Em toda a sociedade a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades. O desafio é oferecer-lhes esse direito. A alfabetização tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser um requisito básico para a educação continuada durante a vida. Desse modo, a função *reparadora* da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano, mas o término de uma tal discriminação não tem o seu nascedouro na escola. A educação escolar participa dos sistemas sociais, mas ela não é o todo destes sistemas. Daí que a busca de uma sociedade menos desigual e mais justa continue a ser um alvo a ser atingido em países como o Brasil.

Esta função reparadora da EJA se articula com o pleito postulado por inúmeras pessoas que não tiveram uma adequada correlação idade/ano escolar em seu itinerário educacional e nem a possibilidade de prosseguimento de estudos. Neste momento a igualdade perante a lei, ponto de chegada da função reparadora, se torna um novo ponto de partida para a igualdade de oportunidades. A função *equalizadora* da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donos de casa, migrantes, aposentados e encarcerados.

A EJA busca formar e incentivar o leitor de livros e das múltiplas linguagens visuais, juntamente com as dimensões do trabalho e da cidadania. E não se pode considerar a EJA e o novo conceito que a orienta apenas como um processo inicial de alfabetização. Conceito esse que:

Estabelece a necessidade de uma formação adequada para se trabalhar com o jovem e o adulto, bem como uma atenção as características específicas dos trabalhadores matriculados nos cursos noturnos. Há que registrar o avanço conceitual alcançado ao superar a idéia de educação compensatória do ensino supletivo, de caráter emergencial, para uma concepção de uma educação enquanto direito. (Soares, 2003, p.146).

A tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida é a função permanente da EJA que pode se chamar de *qualificadora*, também apresentada no Parecer 11/2000. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA ela tem como base o caráter incompleto do ser humano, cujo potencial desenvolvimento e de adequações pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade.

A função qualificadora é também um apelo para as instituições de ensino e pesquisa no sentido da produção adequada de material didático que seja permanente enquanto processo mutável na variabilidade de conteúdos e contemporânea no uso de no acesso a meios eletrônicos de comunicação.

Dentro deste caráter ampliado, os termos “jovens e adultos” indicam que em todas as idades e em todas as épocas da vida, é possível se formar, habilidades, competência e valores, que transcendem os espaços formais da escolaridade e conduzam à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito.

A atual LDB abriga no seu Título V dos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino, capítulo II (Da Educação Básica) a seção V denominada “Da Educação de Jovens e Adultos”. Os artigos 37 e 38 compõem esta seção, logo, a EJA é uma modalidade da educação básica, nas suas etapas: fundamental e média. Por isso o artigo 37 diz que a EJA será destinado àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. O art. 38 diz que os sistemas de ensino manterão cursos de EJA e exames supletivos. Tais cursos tanto podem ser no âmbito da oferta de educação regular para jovens e adultos, quanto no de oportunidades apropriadas... Mediante cursos e exames.

A rigor, as unidades educacionais da EJA devem construir em suas atividades sua identidade como expressão de uma cultura própria que considere as necessidades de seus alunos e seja incentivadora das potencialidades dos que a procuram. Tais unidades educacionais da educação de jovens e adultos devem tratá-los de modo que eles sejam sujeitos do aprender, em níveis crescentes de apropriação do mundo do fazer, do conhecer, do agir e do conviver.

Os exames da EJA devem primar pela qualidade, pelo rigor e pela adequação. Eles devem ser avaliados de acordo com o art. 9, inciso VI da LDB. É importante que tais exames estejam sob o império da lei, isto é, que sua realização seja autorizada, pelos órgãos responsáveis em instituições oficiais ou particulares,

especificamente credenciados e avaliadas para este fim. Também os exames só poderão ser oferecidos por instituições que tenham obtido autorização, credenciamento específico e sejam avaliados em sua qualidade pelo poder público.

A EJA mereceu um capítulo próprio no projeto de Lei nº. 4.155/98 referente ao Plano Nacional de Educação, em tramitação no Congresso Nacional e que em seu diagnóstico reconhece um quadro severo.

Os déficits do atendimento no Ensino Fundamental resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos, que não tiveram acesso ou não lograram terminar o ensino fundamental obrigatório. Embora tenha havido progresso com relação a esta questão, o número de analfabetos é ainda excessivo e envergonha o país [...]. Todos os indicadores apontam para a profunda desigualdade regional na oferta de oportunidades educacionais e a concentração de população analfabeta ou insuficientemente escolarizada nos bolsões de pobreza existentes no país (Cury, 2000, p. 47).

E o plano propõe que para acelerar a redução do analfabetismo é necessário agir ativamente tanto sobre o estoque existente quanto sobre as futuras gerações. Ele aponta como meta ir além dos quatro primeiros anos do ensino fundamental e a necessidade de uma ação conjunta e concreta. O projeto de lei que acompanha o Plano Nacional de Educação diz que:

[...] o resgate da dívida educacional não se restringe a oferta de formação equivalente as quatro séries iniciais do ensino fundamental. A oferta do ciclo completo de oito séries, aqueles que lograrem completar as series iniciais é parte integrante dos direitos assegurados pela Constituição Federal e deve ser ampliada gradativamente. Da mesma forma deve ser garantido, aos que completaram o ensino fundamental o acesso ao ensino médio (Cury, 2000, p 48).

Esta ampliação supõe a EJA prioritariamente dentro da esfera pública. E a garantia supõe recursos suficientes e identificáveis, os investimentos necessários para que tal política gradativa e ampliadora se dê supõem uma dilatação do fundo público e um controle democrático dos recursos destinados exclusivamente ao ensino e a esta modalidade de educação.

A carta de Recife, de fevereiro de 2000, coloca para a EJA, como meta, assegurar em cinco anos, a oferta de educação equivalente aos oito anos do ensino fundamental para todos os jovens e adultos que hajam concluído apenas os quatro primeiros anos.

O campo da EJA é bastante amplo, heterogêneo e complexo. Múltiplas são as agências que as promovem, seja no âmbito público, seja no privado, onde se mesclam cursos presenciais com avaliação no processo, curso a distancia, cursos livres, formas

específicas de educação mantidas por organizações da sociedade civil e tantas outras iniciativas sob a figura da educação permanente.

A oferta de cursos da EJA deve ser um esforço constante e localizado dos poderes públicos com o objetivo de tornar a função reparadora cada vez mais uma coisa do passado e que desapareça de nossos códigos a imposição do “erradicar o analfabetismo”. No Brasil, país que ainda se ressentia de uma formação escravocrata e hierárquica, a EJA foi historicamente vista como uma compensação e não como um direito. Esta tradição foi alterada em nossos códigos legais, na medida em que a EJA, tornando-se direito, desloca a idéia de compensação substituindo-a pelas de reparação. Mas ainda resta muito caminho pela frente a fim de que a EJA se efetive como uma educação permanente, a serviço do pleno desenvolvimento do educando.

A superação da discriminação de idade diante dos itinerários escolares é uma possibilidade para que a EJA mostre plenamente seu potencial de educação permanente relativa ao desenvolvimento da pessoa humana face à ética, à estética, à constituição de identidade, de si e do outro e ao direito ao saber.

Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva foi o primeiro presidente sindicalista a ser eleito para a presidência da república no Brasil. Em janeiro, o Ministério da Educação (MEC) anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade do novo governo federal. Para isso, foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, posteriormente denominada Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), cuja meta era erradicar o analfabetismo durante o mandato de quatro anos do governo. Para alcançar essa meta foi lançado o Programa Brasil Alfabetizado, por meio do qual o MEC contribuía com órgãos sem fins lucrativos, instituições e sistemas oficiais de ensino que desenvolvessem ações de alfabetização. No Programa Brasil Alfabetizado, a assistência foi direcionada ao desenvolvimento de projetos com as seguintes ações: alfabetização de jovens e adultos e formação de alfabetizadores.

Consideramos que a educação de jovens e adultos deve ser tratada juntamente com outras políticas públicas e não isoladamente e tão pouco voltar-se apenas para programas de alfabetização, mas tratar efetivamente a EJA como uma modalidade da educação básica dentro dos sistemas de ensino. Por outro lado à medida que a sociedade vai se desenvolvendo, surge a necessidade da escolarização, portanto cada vez mais a EJA torna-se necessária, além de quê pesquisas tem demonstrado que a educação dos adultos favorece a educação das crianças e adolescentes, porque quanto

mais os pais estudam mais conscientes ficam da importância da educação e mais contribuirão para que seus filhos estudem.

Com o passar dos anos a tecnologia foi exigindo mão de obra cada vez mais qualificada. As mudanças ocorridas no mercado de trabalho vêm exigindo mais conhecimento e habilidade das pessoas, assim como atestado de maior escolarização, obrigando-as a voltar à escola básica, sejam os jovens ou pessoas adultas pra aprender mais e/ou para conseguir algum diploma. Essa realidade tem sido responsável pela criação de vários projetos voltados para alfabetização e educação de jovens e adultos, sendo alguns deles integrados à educação profissional, entre eles o Programa nacional de inclusão de jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitárias (Projovem) e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de educação de jovens e adultos (Proeja). Dentre eles abordaremos o segundo por fazer parte da presente pesquisa.

1.2 - Educação, trabalho e política. Uma relação inevitável

O ser humano no processo de sua construção histórica se torna humano a partir das relações desenvolvidas com a natureza, com os outros homens e com a produção dos bens materiais necessários a sua sobrevivência realizada pelo trabalho. Então o que torna o homem diferente dos outros animais é o trabalho. O processo-trabalho mantém uma relação dialética entre o homem e a natureza proporcionando assim a transformação da mesma e ao mesmo tempo transforma a si próprio.

O trabalho enquanto possibilidade de ser previamente concebido, pensado, idealizado, projetado é uma capacidade exclusivamente humana. É importante ressaltar que os outros animais só produzem a si mesmos. Na visão de Paulo Freire (1.999, p30) “O homem é um ser em construção; é um ser inconcluso, incompleto”.

Os pesquisadores mostram que o homem ao nascer só tem 30% de suas conexões cerebrais. Os processos de educação e aprendizagem vão sendo construídos ao longo de sua história, possibilitando o desenvolvimento do restante do cérebro. Portanto esse poder de crescimento intelectual dado ao homem faz com que ele tenha capacidade de se exteriorizar, enfrentando outras consciências.

A afirmação, negação e superação das consciências só podem ser processadas no campo do trabalho e da sociabilidade. É no trabalho que se encontra a base da teoria da alienação. Por se constituir no campo das outras consciências, a

consciência humana não encontra a realidade “virgem” “intocada” encontra sim a realidade constituída mediada pela palavra, pelo trabalho.

No sistema capitalista a alienação é usada como ferramenta principal no trabalho, onde o objeto produzido pelo trabalhador se torna desconhecido pra quem o produziu, desta forma o trabalhador não é mais o dono da sua criação sendo assim a sociedade passa a se constituir de homens trabalhadores e de homens que se apossam do trabalho dos outros. Nas palavras de Marx (2001, p 113), “Quanto mais civilizado o produto, mais desumano é o trabalhador, quanto mais poderoso o trabalho mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna escravo da natureza”.

No contexto mundial o capitalismo representando pelas grandes potências impõe a forma de dominação da “minoría” sobre a “maioría”, maneira essa de centralizar riquezas nas mãos da classe dominante.

É pela necessidade que o homem se engaja no mundo do trabalho. O homem veio ao mundo cheio de necessidades: necessidades de exteriorização e necessidades de se constituir. À medida que suas necessidades atuais vão sendo satisfeitas surgem novas necessidades. Tais necessidades são produzidas historicamente.

O aluno jovem e adulto da EJA também se configura nesse mundo conturbado do trabalho, eles trabalham mais de oito horas por dia, com salários na maioria das vezes menor que o mínimo e normalmente sem registro na carteira de trabalho. Esses sujeitos quase sempre estão no denominado trabalho informal. E aqui se nos apresenta um depoimento de um educando do Proeja de Jataí nos remete para a perversidade do trabalho para o trabalhador aluno no sistema capitalista:

“Há momentos na vida que é preciso optar entre o estudo e o trabalho. Eu fiquei com o trabalho, pois dele depende a sobrevivência da minha família.”
(Aluno C, depoimento, 2009).

Quanto mais o trabalhador produz mais se torna dependente do próprio trabalho, pois é dele que vem a sua sobrevivência. As coordenadas da vida são dadas pelo trabalho na sociedade em que se vive. E a maioria dos nossos alunos, senão todos dependem do salário que ganham para sobreviver, assim entre estudar e comer grita a segunda opção.

É necessário que se encontre uma solução para esse em passe, pois trabalho e alimentação são imprescindíveis na vida de todo ser humano. Especialmente os alunos da EJA/PROEJA que estão em busca de uma qualificação profissional.

Marx (2001) refere a esse assunto dizendo que:

“A ligação direta entre educação e mercado de trabalho tem causado sérios danos ao processo educacional porque desconhece as suas especificidades, desrespeitando completamente a lógica da prática educativa. Aliás, o que vem acontecendo neste estabelecimento da relação educação, mercado de trabalho é a submissão do espaço educacional à lógica de mercado.”

Concebemos que existe um tempo de maturação necessário no processo educacional que não se coaduna com a lógica do garantido retorno financeiro e do lucro. A educação de boa qualidade não passa pela lógica da empresa e do mercado de trabalho. Então, qual é a relação que se pode estabelecer entre educação e trabalho?

A educação como instrumento essencial do processo de socialização relaciona-se intimamente com o trabalho como atividade criadora e realizadora, por isso, educar, ensinar é muito mais do que preparar para um emprego, é formar o homem em todos os seus aspectos, em sua totalidade, por meio do processo educacional e é pelo trabalho o homem torna-se homem, aprende a ser homem. Portanto, quando afirmamos que o trabalho é um princípio educativo, não estamos falando simplesmente de formação profissional ou de preparação para um emprego, estamos falando de formação para a inserção no mundo, até mesmo no mundo do trabalho.

É preciso destacar que o trabalho com o conhecimento, o ensino e o estudo representam um trabalho árduo que exige organização e disciplina e muitas vezes nem consideramos essas atividades como trabalho. Dissociamos trabalho e estudo como se fossem coisas de natureza totalmente diversas. E conseguir conciliar o trabalho do aluno trabalhador, com o trabalho estudo e um grande desafio dos cursos voltados para jovens e adultos, especialmente do Proeja.

E qual seria o papel do sistema de ensino e da escola? Certamente, deveriam contribuir para a formação do homem unilateral e para o desenvolvimento de sua capacidade realizadora e criadora. Gramsci nos apresenta a proposição de uma escola que não dissocie formação geral e formação profissional. A escola gramsciana tem o trabalho como princípio educativo. Desde os primeiros anos de escolaridade, os educandos deviam entender o ensino como trabalho sistematizado e disciplinado e relacionado à realização de atividades produtivas.

O educador tem um importante papel, na construção de autonomia intelectual do educando como orientador e fomentador dele. A relação educação e trabalho aqui pretendido pressupõem o trabalho como atividade produtora e criativa e a

educação como processo de socialização desenvolvimento, amadurecimento e emancipação.

Entretanto, a relação educação e trabalho, ainda que estabelecida como objetivo de realização, transformação e emancipação, não podem ser encarados de maneira ingênua. Por esta relação ser permeada pelas relações de poder, pelos conflitos existentes entre os grupos e pelos diversos interesses que estão em jogo, é preciso politizar essa discussão.

Na sociedade capitalista o trabalhado se torna alienado, perde assim a sua condição de ação transformadora, criadora, propulsora do processo de humanização. Segundo Marx (2001), o trabalho alienado é o trabalho em que o trabalhador não se reconhece no produto realizado nem no processo do trabalho. O trabalho passa a ser atividade torturante, desumanizada, neste pressuposto, afirma Marx (2001), se o trabalho é alienado, a vida se torna alienada.

É necessário o estabelecimento da relação educação, trabalho e política para que não fiquemos enclausurados em um mundo da alienação do trabalho e da educação para a submissão. Desvendar as relações de poder e os diversos interesses presentes é imperioso para o enfrentamento das situações.

São esses trabalhadores vinculados ao trabalho, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho que em sua maioria compõem o grupo de educação de jovens e adultos. Dessa forma na intenção de amenizar ou solucionar essa questão do trabalho desprovido da formação é que surge o PROEJA que vai dar sustentabilidade ao jovem adulto trabalhador.

1.3- O Proeja

O PROEJA é uma política pública do governo federal que visa inserir no sistema escolar brasileiro milhões de jovens e adultos com idade mínima de 15 anos, possibilitando-lhes acesso e permanência à educação geral e a formação profissional, dentro de uma visão que busca integrar o homem na sociedade, resgatando a dignidade e a cidadania, negada a milhões de brasileiros, que foram excluídos do sistema escolar por problemas que aconteceram dentro e fora do âmbito escolar. Ele foi instituído pelo Decreto nº. 5.478 de 24/06/2005. (MEC/SETEC, 2005).

Tal decreto acabou sendo revogado em 13 de julho de 2006, pelo Decreto nº. 5.840 que propunha novas orientações como: ampliar nos sistemas públicos de ensino o atendimento à EJA integrada à educação profissional e para as Instituições do

Sistema Nacional de Aprendizagem Social (Sistema S) a possibilidade de atuar como proponente, porém mantendo a obrigatoriedade para a Rede Federal; ampliar a oferta de cursos na forma concomitante, com certificação a qualquer tempo, desde que se tenha o domínio dos conteúdos do nível de ensino etc.

A implantação do Proeja provocou um duplo desafio: o enfrentamento da descontinuidade que é a marca registrada da EJA e porque abre espaço para a interlocução entre a Educação de Jovens e Adultos, ensino médio e a profissionalização.

Esse programa tinha inúmeros desafios políticos e pedagógicos a serem vencidos, tais como: elaborar um currículo integrado que abordasse as especificidades de um público heterogêneo; definir quais os instrumentos usados para reconhecer esses saberes adquiridos em espaços não formais de aprendizagem; como articular as diferentes políticas sociais e qual o papel da escola pública. Frente a esses desafios a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológico (MEC/SETEC), realizou no ano de 2005 quinze oficinas pedagógicas que visava à sensibilização para a implantação do Programa nas instituições federais. Desse evento participaram diretores de ensino, gerentes e coordenadores pedagógicos das escolas federais, e gestores estaduais de educação profissional.

A discussão sobre a implantação do PROEJA em Jataí começou em junho de 2005, nas dependências do Antigo Cefet de Goiás, hoje IFG/Jataí, houve um trabalho de sensibilização com gestores e coordenadores de áreas, no sentido de implantar o Proeja, em Cumprimento ao Decreto nº 5.840/2006.

O CEFET, a convite do MEC/SETEC participou das quinze oficinas pedagógicas de sensibilização, sendo representando pela coordenadora pedagógica e dois professores, que após o término das oficinas trouxeram documentos que ressaltavam a importância de se oferecer cursos a esse público tão diversificado.

Após intensas discussões ficou definido que o primeiro curso seria na área de edificações e que então teria que capacitar a equipe de docentes. Dessa forma, nos dias 05 e 06 de maio de 2006, nas dependências do Cefet aconteceu o Seminário Pedagógico Institucional, que teve como palestrantes as professoras Maria Emilia de Castro Rodrigues e Márcia Pereira Melo ambas especializadas em EJA que abordaram a importância da implantação do PROEJA em Jataí, explicitando seus pontos positivos e a grande necessidade de inclusão desses alunos nessa modalidade de ensino.

O seminário foi muito proveitoso, pois abordou a historicidade da Educação de Jovens e Adultos, a importância da Educação Profissional e os sujeitos da

EJA, promovendo assim um momento de reflexão de cada servidor, no sentido de desempenhar o seu papel social na educação. Contudo, nem todos os professores da instituição participaram especialmente os das áreas técnicas.

Para entendermos o processo de formação dos educadores é preciso ampliar o olhar sobre sua trajetória escolar, pois há tempos a formação do educador de jovens e adultos está em discussão, tornando-se ainda mais agudas, explícitas e generalizadas as críticas a ausência de uma formação específica para o professorado, especialmente com aqueles que atuam com jovens e adultos trabalhadores, bem como no que se refere ao não preparo de metodologias e conteúdos direcionados a esse público.

Outro aspecto importante de ser salientado, diz respeito à forma como esses profissionais têm sido modulados para atuar no PROEJA, sendo fundamental a:

Criação de um quadro efetivo dedicado ao PROEJA [pois] o que hoje ocorre é um preenchimento de carga horária por parte dos professores do Estado e quando sobra alguma carga dos professores federais [este] é locado no PROEJA, se alguma turma é visada é o PROEJA. (IFG-JATAÍ, histórico PROEJA, 2009, p.6).

Atualmente, a questão da profissionalização do educador de adultos tem-se tornado cada vez mais freqüente nas práticas educativas. A LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394/96 estabeleceu a necessidade de uma formação adequada para se trabalhar com o jovem e adulto. A falta de atenção em relação a esse público tem propiciado a muitos profissionais a mera transposição de conteúdos e atividades desenvolvidas em outras modalidades de ensino para a educação de jovens e adultos. Sendo assim, os resultados são insatisfatórios e os índices elevados de evasão são alarmantes.

É necessária a criação de um quadro de professores com a formação em EJA/PROEJA específico para essa modalidade de ensino, que não a tomem apenas como forma de complementação de carga horária, mas assumam um compromisso efetivo com a formação dos sujeitos que atuam nesta modalidade educativa. Nesse sentido, é fundamental a:

Criação de uma política no âmbito do IFG-Jataí para incorporação do PROEJA. Apesar de constar na minuta do contrato com o Estado e de [G3] os professores modulados possuírem experiência em EJA, entende-se que a política deve ser do Instituto e, portanto devem-se substituir gradativamente os professores efetivos Estaduais.(IFG-JATAÍ, Histórico PROEJA-2009, p.5)”

Contudo, observamos que o problema não será resolvido apenas se substituirmos os professores do Estado por professores federais efetivos, se estes não

tiverem experiência e compromisso com a EJA/PROEJA. Como podemos ver na pesquisa realizada junto à professora Terezinha Bernardes, Coordenadora Pedagógica do IF-G em Jataí, a situação vigente quanto à equipe de professores que ministram aulas aos alunos do PROEJA no Curso de Edificações é a seguinte: prof^a. A é graduada em letras, está concluindo o curso de especialização de Educação profissional integrada a educação de jovens e adultos, ministra a disciplina de português tem longa experiência em EJA, trabalha na Educação há 39 anos e no PROEJA há 3 anos. prof^a. B tem graduação em inglês, com experiência em EJA a pelo menos 8 anos esta na Educação a 18 anos e prof^a. C graduada em Matemática 24 anos de Educação, experiência de 6 anos com EJA e esta no PROEJA desde 2006. A educadora prof^a. D é Geógrafa, trabalha a 4 anos com a EJA e com o PROEJA a 2 anos, esta atualmente na Educação a 8 anos sua disciplina e Geografia. Prof^a. E trabalha com a disciplina de física, não tem experiência em EJA, esta a 1 ano no PROEJA e 5 anos na Educação.

Todas essas professoras mencionadas são do Estado e atuam nas disciplinas do núcleo comum. Quanto aos professores da área técnica, estes são cinco professores federais, concursados, todos do sexo masculino, engenheiros civis, sem nenhuma experiência com EJA, cujo tempo de atuação na educação é de 01 a 20 anos e o primeiro contato com o PROEJA ocorreu a partir de 2006. Eles atuam nas áreas: Informática Básica; Desenho de instalações hidrossanitárias; Materiais de construção/desenho, Instalações Elétricas e de comunicações; Iniciação profissional/resistência dos materiais, Instalações de combate a incêndio; Solos e Fundações; Layout/desenho e perspectiva.

Quanto aos professores federais também do núcleo comum que atuam no PROEJA, há uma professora doutora em educação, que ministra aula de História, com curso de graduação na área e não tem experiência em EJA, mas possui um conhecimento amplo sobre essa modalidade de ensino, e esta há 18 anos na educação e 1 ano no PROEJA. Já o professor que leciona a disciplina de Filosofia, conta com 18 anos na educação e 1 ano no PROEJA. E a professora de artes é formada na área, tem uma experiência de 26 anos de educação e 3 anos no PROEJA.

Analisando o quadro da equipe de educação do PROEJA em Jataí, e imprescindível que se faça urgentemente cursos de formação continuada em serviço, com momentos de parada e reflexões coletivas sobre a prática pedagógica, seminários internos, avaliação e auto-avaliação do desenrolar do processo.

Por outro lado é importante destacar que a implantação do Proeja em Jataí foi um tanto conturbada, pois não houve uma sensibilização para os professores da área técnica da construção civil, e como o Curso de Construção Civil enfrentava problemas de gestão com o coordenador, daquela época, este se recusou a aceitar o Proeja. Então o diretor do Cefet, que exercia o mandato daquele pleito, por sua vontade própria, sem consultar a ninguém, decidiu que o Proeja seria na área da construção civil.

O nascimento precoce sem as devidas discussões sobre o curso e até mesmo sobre o decreto que o constituía propiciou um desconforto dos professores da área técnica, que em sua maioria eram contrários ao PROEJA na área de construção civil (Edificações) eles alegam que a carga horária de 1200 horas previstas para este curso é muito pesada para esse público afastado da escola há muito tempo. Paulo Freire aborda essa questão explicitando que o ato de ensinar exige estética e ética, sendo importante ajudar na transformação dos seres humanos que tem a capacidade de transformar, comparar, escolher e intervir no meio social. Não é simplesmente colocar a culpa na carga horária que é pesada para os alunos que estão há muito tempo fora da escola. O que fizeram em relação a esse fato? Reveriam a carga horária para adequá-la ao curso? Organizaram grupos de reforço, de estudo, monitoria e acompanhamento junto aos alunos? Nada foi feito em relação a esse assunto e tão pouco no que se refere à defasagem de conteúdos e as metodologias utilizadas é diferente etc. Freire (1998, p, 30) diz que:

O processo de ensinar exige bom senso e aceitação do diferente, do novo (que não pode ser negado ou acolhido por ser novo, simplesmente por desconhecê-lo medo e ousadia e a disponibilidade de risco).

O novo sempre incomoda aos alunos regulares, que são diferentes do público do PROEJA, o qual requer um atendimento diferenciado. Diante desta clientela o educador precisa correr risco, aceitar o diferente sem fazer discriminação do conhecimento trazido pelo aluno. Se o educador não acreditar no potencial dos seus alunos e encontrar mecanismos que os ajudem a adquirir o conhecimento para que eles possam contrapor a ideologia dominante, e acreditar em si mesmo quem irá acreditar? Um simples gesto, uma palavra dita sem pensar pode acabar com os sonhos de qualquer jovem adulto que está ali sentado, depois de uma jornada exaustiva de trabalho.

Comprometimento, alegria e esperança são fundamentais quando se trabalha com seres humanos, especialmente o aluno do PROEJA que necessita de muito incentivo para não desistir dos estudos. É através destes incentivos que o educador

busca melhorias, acreditando que os obstáculos, dificuldades fazem parte do caminho a ser seguido, mas que é preciso incomodar, ser incomodado e fazer a diferença no sentido de contribuir para a formação humana.

Contudo, essa alegação no nosso ponto de vista não procede, o que acontece é que o público do PROEJA, por serem alunos que, em sua maioria, estão afastados a algum tempo dos bancos escolares, requer uma metodologia diferenciada, requer cuidados específicos com esses educandos que retornam à sala de aula. Como nos fala o depoimento da professora a seguir:

Fui professora no Proeja e as dificuldades que esses educandos encontram são inúmeras, é preciso muito carinho, amor e compreensão para com esses, pois a defasagem de conteúdos e até mesmo a Jornada de trabalho são empecilhos para que eles abandonem o curso (profª. C, depoimento, 2009)

No momento, o atual Coordenador Sandro Stanley luta pelo Proeja. Ele entende que o curso não é fácil, as dificuldades são inúmeras, e procura conscientizar os professores da área técnica da importância de ofertar o curso. Vale ressaltar que professores do ensino fundamental atuam no Proeja e é comum comentários a respeito deles, tais como:

Os professores do Estado são muito especiais, eles tem um jeito diferente de ensinar, são pessoas como nós, que tiram tempo para ouvir nossas agonias, muitas vezes assuntos que não é da escola (Aluno A, depoimento, 2009).

Esse depoimento mostra a fragilidade desses alunos que vêm no professor um amigo que possa ouvir e até mesmo opinar em decisões a serem tomadas sobre questões fora do âmbito escolar, mas também aponta para a importância das relações interpessoais estabelecidas entre professores e alunos e a necessidade de um trabalho com respeito ao outro, com autoridade e compromisso ético-político. Embora haja ainda muito preconceito em relação à EJA é inegável o benefício que essa modalidade de ensino tem prestado às pessoas que não puderam estudar na época apropriada. Portanto a EJA é indiscutivelmente uma educação possível, ou melhor, imprescindível e que o fato do atraso para o ingresso, mesmo que tardiamente, não pode ser empecilho para a garantia do direito de todos a ela, e ao longo da vida, uma vez que a educação é um processo continuado.

É importante lembrar que todos podem e devem contribuir para o desenvolvimento da EJA: os governantes devem implantar políticas integradas para a EJA, as escolas devem elaborar um projeto adequado para seus alunos e não seguir modelos prontos, os professores devem estar sempre atualizando seus conhecimentos. À sociedade cabe contribuir com a EJA não discriminando essa modalidade, e as pessoas

em geral, que conhecerem um adulto analfabeto deve falar da importância da educação e incentivá-lo a procurar uma escola de EJA.

1.4 - Traçando o perfil do aluno da educação de Jovens e adultos no Brasil

Em meados do século XX a educação que se perpetuava nas classes de EJA era a mera repetição daquilo que as cartilhas ou manuais traziam, ainda que infantilizados, e muitos dos docentes apenas os seguiam. Mas no ano de 1958, Paulo Freire já propunha maior diálogo entre educadores e educandos, bem como trabalhar com um currículo que partisse da realidade dos alunos. As idéias de Paulo Freire estavam marcadas pela intencionalidade de se explicar as contradições históricas do sistema capitalista brasileiro (CUNHA E SILVA, 2004, p. 160).

No âmbito do direito da educação, uma nova visão começou a ser lançada em direção à EJA, quando foi promulgada a Constituição brasileira de 1988, com o reconhecimento do direito da educação para todos e mais tarde, na LDB de 1996, a responsabilidade do Estado para com a educação de jovens e adultos. Além de a lei assegurar a oferta de oportunidade escolar à população de jovens e adultos situados fora da idade regular, ela estabelece a necessidade de toda uma abordagem pedagógica, incluindo conteúdos metodológicos, tipologias de organização e processos de avaliação diferenciados daqueles dos alunos que se acham na escola com idade própria.

Assim, durante a década de 90, a educação de adultos sofreu profundas transformações, experimentando um forte crescimento na sua abrangência e na sua escolarização, haja vista que cada dia mais, em todo o mundo, a educação de adultos tem-se tornado uma necessidade. E o Estado ainda é o principal veículo para assegurar o direito da educação para todos, em especial para os grupos menos privilegiados da sociedade.

Contudo, a inserção de pessoas menores de 18 anos na modalidade EJA, nos faz entender que a sociedade exclui essas pessoas do processo educativo, seja repetindo anos a fio no ensino regular ou não oferecendo a elas a possibilidade de acesso a esse ensino na educação básica, e muitas vezes estas são consideradas como incapazes de interagir no meio social.

Segundo Marta Kohl (2001), o adulto da educação de jovens e adultos é geralmente o migrante que chega às grandes metrópoles provenientes das áreas rurais empobrecidas, filho de trabalhadores rurais não qualificados e com baixo nível de instrução escolar. Ele próprio com uma passagem curta e não sistemática pela escola e

trabalhando em ocupações urbanas não qualificadas, após experiências no trabalho rural na infância e adolescência, que busca a escola tardiamente para alfabetizar-se ou cursar algumas séries do ensino fundamental, seja organizado na forma de suplência ou não.

Enfim a educação de jovens e adultos apresenta uma identidade que se diferencia do ensino regular e essa diferenciação não se remete apenas à questão de idade, mas primordialmente, a uma questão social, histórica e cultural. Ou seja, a realidade e a condição sócio-histórica dos jovens dos cursos do EJA são diferenciadas de outros jovens da mesma faixa etária, com melhores oportunidades e condições de vida que estão em um nível mais avançado de escolaridade ou estão buscando cursos de especialização para ingressar ou se aprimorar para o mundo do trabalho.

O jovem que frequenta a EJA está mergulhado em um meio que pertence ao adulto, que ele desconhece na qualidade de sujeito da sua história, cuja prioridade está em se manter no mercado de trabalho para garantir a sobrevivência.

A educação de jovens e adultos, hoje, é considerada por muitos a única possibilidade de inserção escolar para aqueles alunos com defasagem idade/série, quer seja pela evasão da escola, pelas exigências de trabalho precoce, quer seja pelas inúmeras reprovações. É por isso que há a necessidade de assumir uma postura favorável à implantação do curso do PROEJA como oportunidade concreta para os jovens e adultos, e a importância de avançar na área da educação, especialmente da EJA, contemplando em seus currículos a formação do homem-cidadão-profissional.

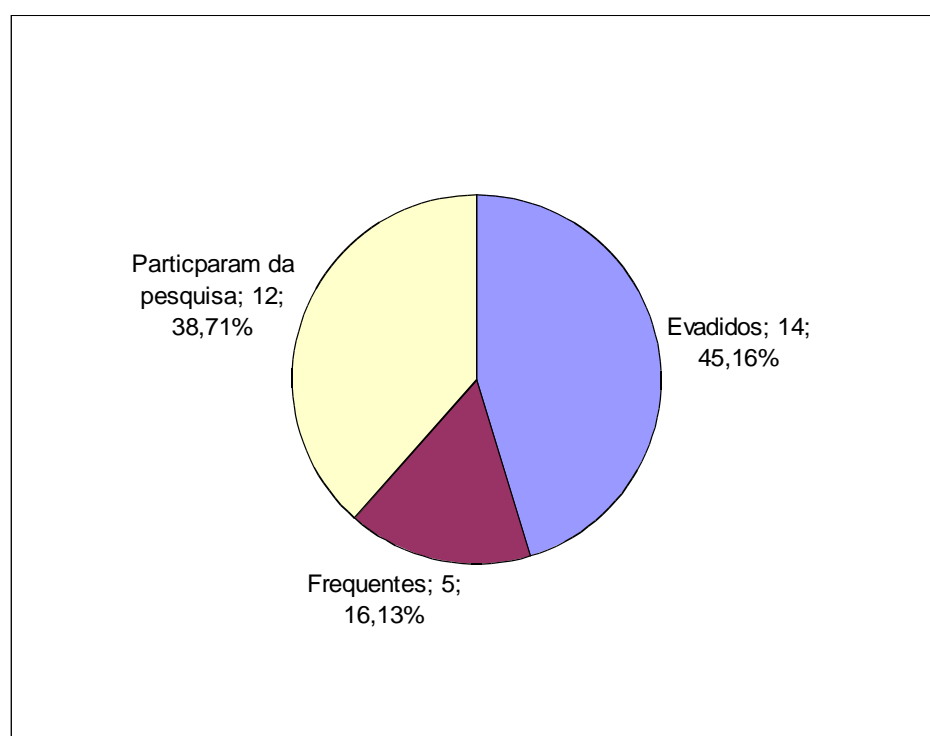
1.4.1 - O educando e o educador do Proeja da IFG/Jataí

É muito comum ainda a concepção de que, a partir de certa idade, é tarde para estudar. Contudo, a garantia da educação de qualidade para todos, independentemente da idade, tem permitido mudanças nas relações estabelecidas entre os sujeitos jovens e adultos e os profissionais que com eles atuam, abrindo novas possibilidades profissionais.

Se a Educação é direito de todos e dever do Estado onde está o respaldo para que os alunos da EJA permaneçam na sala de aula e adquiram o conhecimento necessário para que eles exerçam a cidadania de forma plena? Se a lei é clara porque os mecanismos dessa são tão lentos? Esses são exemplos de questões que os educandos da EJA envolvidos no processo ensino aprendizagem tem enfrentado. O desemprego, a jornada de trabalho árdua, os baixos salários impõem a esses alunos a uma dura

realidade: ou se mantém na escola ou evadem ida mesma disponibilizando o trabalho em detrimento dos estudos.

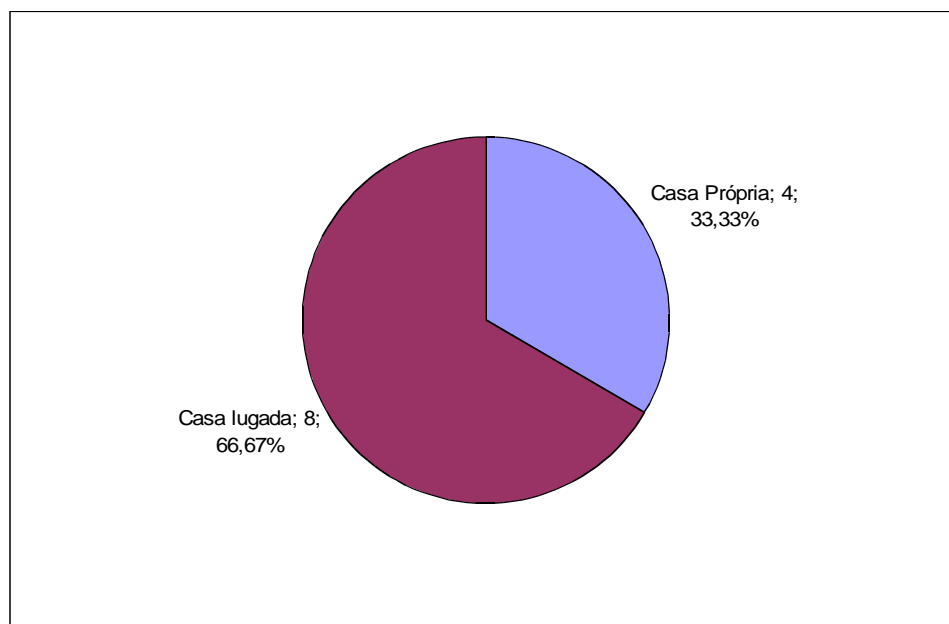
Os alunos que se matricularam buscando formação no curso de Edificações na modalidade de jovens e adultos PROEJA/IFG de Jataí têm vivenciado inúmeros conflitos no cotidiano escolar e fora dele. A exploração do mercado de trabalho, a questão salarial entre outros estão presentes nas palavras dos entrevistados. Nesse sentido foram aplicados 12 questionários junto aos alunos que evadiram do curso PROEJA do ano de 2006. É de suma importância ressaltar que no ano citado anteriormente foram ofertadas 40 vagas, destas 31 foram preenchidas, que no decorrer do curso apresenta o seguinte quadro como representa o gráfico.



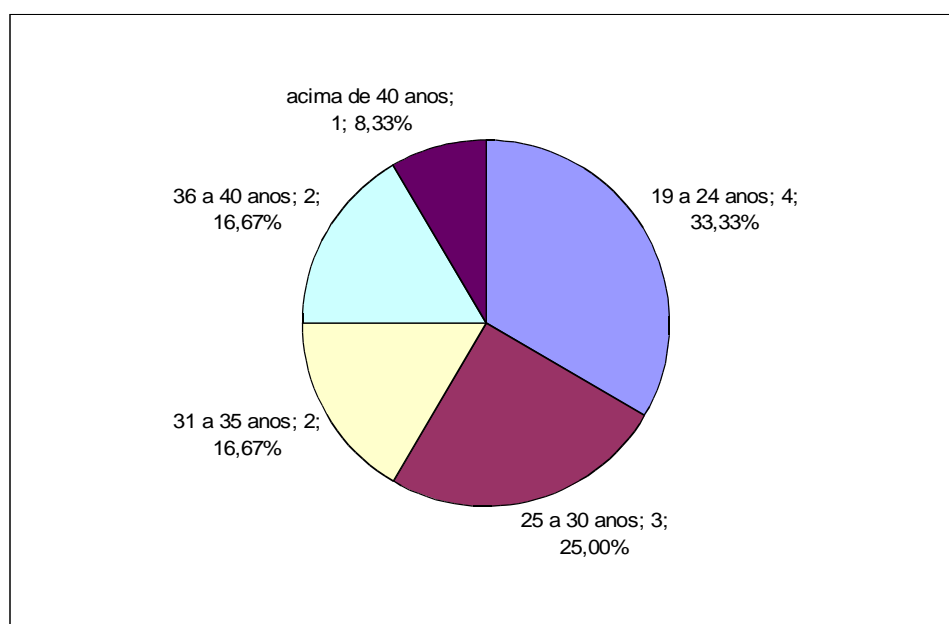
Geralmente o período noturno é destinado ao aluno que trabalha esta característica é o que diferencia dos demais turnos. A pesquisa realizada comprovou essa realidade. A maioria desses alunos trabalha na informalidade, apresentam dificuldades em acompanhar o processo ensino-aprendizagem, ocorrendo assim altos índices de frequência irregular ou desistência.

As dificuldades encontradas na realização da pesquisa foram enormes, pois a maioria dos alunos já não residiam nos mesmos locais, o que tornou impossível ter um número maior de entrevistado.

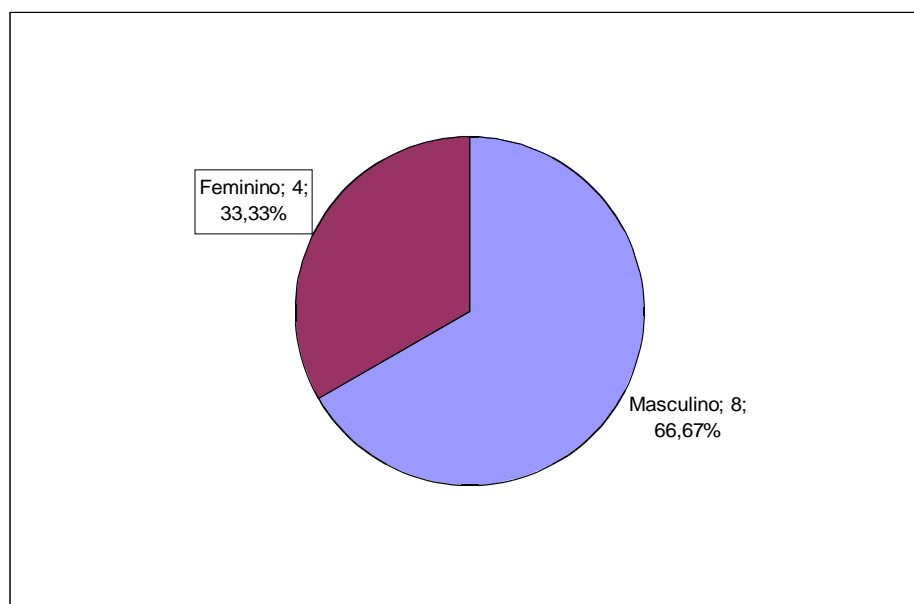
Sobre esses educandos analisados o que se percebe é que são todos trabalhadores, alguns estão desempregados moram com a família. A maioria deles moram em casa própria como mostra o gráfico.



O gráfico a seguir permite visualizar as diferentes faixas etárias dos alunos pesquisadores que vão de 19 a mais de 40 anos. Alguns desse alegaram já estarem “do meio dia para tarde” expressão esta utilizada por eles, referindo a idade. Mas na realidade são jovens e adultos que carregam consigo conhecimentos significativo independente de idade.

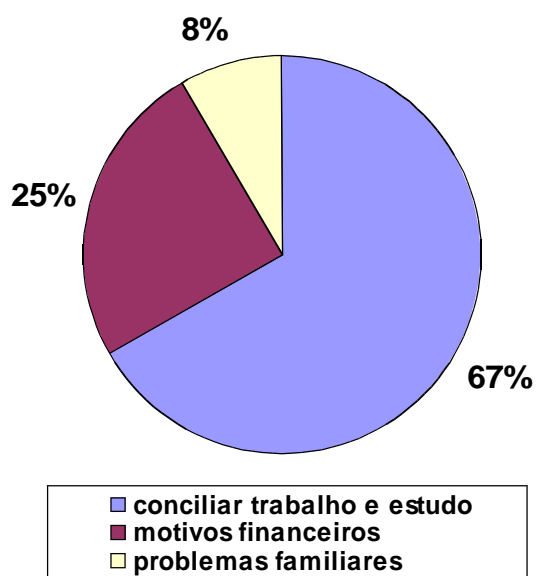


Enfocando a questão gênero, considera-se importante chamar atenção para o numero de alunos que e expressivamente maior do que a de alunas.



Esse fato segundo os entrevistados é devido ao próprio curso ser atrativo mais para homens.

O próximo gráfico a seguir ilustra que estes jovens e adultos se matriculam, estudam um certo tempo e depois desistem, o motivo que leva esse alunos a desistirem quase sempre está relacionado ao trabalho.



Muito se discute, atualmente, sobre a formação do professor de jovens e adultos, pois o educador deve ter consciência de sua força no desenvolvimento do educando. O professor da EJA deve compreender a necessidade de respeitar a identidade, raça, saber e linguagem dos seus alunos, caso contrário, o ensino ficará

limitado à imposição de um padrão. O que se pretende com a educação de jovens e adultos é dar oportunidade igual a todos.

CAPÍTULO II

O COTIDIANO DA EJA: MECANISMOS DE “NÃO” ACESSO E “NÃO” PERMANÊNCIA DO ALUNO NA ESCOLA.

2.1 - Currículo e trabalho

A Evasão escolar/repetência é um dos temas que sempre está em debate nos meios educacionais. Esse fato nos leva à discussão na família, na escola e no Estado sobre quais seriam os caminhos a serem tomados no sentido de sanar esse difícil problema. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº. 9.394/96 (art. 2º) deixa claro que é da família e do Estado a responsabilidade de orientar a criança, o adolescente e o jovem em seu percurso sócio-educacional, como podemos ver no artigo que se segue:

Educação dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Esse artigo nos faz refletir que a educação nunca esteve e nem estará ao alcance de todos, e também nem todos conseguem atingir o seu objetivo final que é a certificação de todos os níveis de escolaridade, pois se a educação está intimamente vinculada aos interesses da classe dominante e o Estado atua a serviço desta classe, ainda que veicule ideologicamente que atue em favor de todos, não é do interesse dos donos do capital que todos tenham acesso ao processo educativo, atinjam todos os níveis e ainda dentro de uma proposta educativa crítica. Além disso, muitas vezes as concepções e interesses da família, especialmente da classe trabalhadora, não é atendida pelo Estado de forma a proporcionar uma educação de qualidade social para todos.

São inúmeros os determinantes apontados como causas da evasão escolar: a desestruturação escolar (falta de infra-estrutura, péssimas condições de trabalho e adequação para atender aos alunos, especialmente os da classe trabalhadora); as políticas de governo inadequadas, fragmentadas e descontínuas, isoladas, que entre outros aspectos não valorizam os profissionais da educação, pagando-lhes salário irrisório; o desemprego; as dificuldades dos alunos, especialmente em si tratando da classe trabalhadora, que os leva a não persistem (teoria do déficit cultural); até mesmo a

própria escola (falta de preparação dos professores, currículos inadequados, etc.), entre outros aspectos.

A evasão e a repetência configuram-se em um problema nacional e é preocupante a quantidade de alunos que chegam até a escola e que nela não permanece, ou repetem anos consecutivamente, até desistirem e atrelado a esse fato está o analfabetismo que configura-se em grande parte daquelas pessoas que não tiveram acesso à escola ou dela foram excluídos sem terem sido sequer alfabetizados..

Estudiosos afirmam que a evasão escolar está relacionada a fatores internos e externos. Os fatores externos que se destacam, além dos destacados acima, entre outros, são: o trabalho dos alunos, as desigualdades sociais e dificuldade na família; já os internos incluem desde a forma como a escola se organiza para receber os alunos, suas normas, o currículo escolar, a linguagem do professor, professores mal preparados, dificuldades no processo de ensino e de aprendizagem, etc.

O trabalho é um dos fatores externo que mais provoca a evasão, pois geralmente após um dia estafante de trabalho o aluno encontra-se desmotivado para atividade escolar. O cansaço, as noites mal dormidas em virtude da própria condição financeira, levam esses trabalhadores a realizarem horas extras o que os impedem de ir com frequência regular a escola, distanciando assim da realidade escolar. No horário de verão a situação fica mais extressante, pois o aluno trabalhador é obrigado a sair mais tarde do trabalho e mais uma vez a escola é colocada em segundo plano.

Esse mesmo trabalho que na maioria das vezes obriga o jovem adulto trabalhador a deixar a escola e o mesmo que o traz de volta, pois cada vez mais o sistema capitalista exige conhecimento e formação para que esse venha há permanecer ao emprego e até mesmo encontrar um. E nesse dilema que se percebe a importância de construir um currículo que atenda a diversidade da comunidade escolar, estabelecendo o diálogo como fundamento metodológico com a multiplicidade de características e experiências, tais como as fases da vida, as condições de trabalho, identidade cultural, ética, participação social e a linguagem e suas expressões. Esse momento de construção tem como perspectiva a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos. Há construção curricular tem perspectiva de desenvolver a formação dos jovens e adultos nas diversas dimensões da vida, tais como: Cognitiva, afetiva, estética, cultural e política, construindo o educando em sua totalidade contribuindo para a superação das dicotomias que tem caracterizado a educação que separa corpo e intelecto. O objetivo do currículo é promover a interação entre os sujeitos e a construção da economia. É imprescindível

que se construa um currículo dialógico, dinâmico, crítico e histórico que garanta a diversidade dos sujeitos. No Proeja de Jataí esse currículo dos sonhos, ainda caminha rumo a sua construção, mas uma parte dos profissionais que atuam nessa modalidade de ensino tem conhecimento do teor desse currículo integrador e trabalham de forma inovadora e diferenciada dos seus educandos.

Sob a proteção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/96 sucederam-se intensas reformas na educação profissional brasileira, entre elas a separação entre o ensino médio e a educação profissional, pelo Decreto 2.208/97 (BRASIL, 1997) que contribuiu para aprofundar a dualidade existente na educação brasileira em que se reserva para a elite a formação geral, e para os filhos dos trabalhadores a educação preparatória ao mercado de trabalho.

Neste contexto da implantação do decreto, a educação profissional técnica passou a ter organização curricular própria e independente do ensino médio, e as escolas que ofereciam esta categoria de ensino organizaram seus currículos, visando adequar os conhecimentos estudados às necessidades do mercado de trabalho. Nesse sentido, os currículos deviam atender as diretrizes curriculares nacionais para o ensino técnico, baseando-se no desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais para uma atuação eficiente do jovem trabalhador no mundo do trabalho.

O contexto atual da globalização, dos processos cada vez mais complexos de produção de bens e serviços, com a implementação de inovações tecnológicas ao mundo do trabalho, tem exigido um perfil de trabalhador que seja capaz de atuar, com flexibilidade e dinamicidade. O que nos aponta para a necessidade de discussão sobre formação integrada, pois os requisitos tomados como base para a formação desse profissional não tem alcançado uma formação completa, que assegure ao mesmo tempo inserir-se e atuar significativamente no mundo do trabalho, pois a educação idealizada tem tratado de formar um trabalhador cidadão produtivo adaptado, adestrado, treinado etc.

Estamos num cenário marcado por novas e maiores exigências quanto à formação do trabalhador, sendo consenso a solicitação de uma educação geral para o mesmo de forma a atender a demanda da nova base produtiva e informacional da sociedade atual (BARONE, 2000, p. 94).

Autores como Frigotto (2005), Ciavatta (2005) e Ramos (2005) têm se prendido à necessidade de não só formar um trabalhador que atue profissionalmente no mundo produtivo, mas também que possa ser capaz de refletir sobre a sua realidade, tendo condições de nela atuar com consciência crítica para transformá-la. Para isso, a

formação integrada é tomada como o horizonte necessário para a formação do jovem e adulto trabalhador.

Frigotto (2005), defendendo a formação integrada, aponta que essa concepção é a que pode responder plenamente ao ideal de formação humana ao buscar:

[...] desenvolver os fundamentos das diferentes ciências que facultem aos jovens a capacidade analítica tanto dos processos técnicos que engendram o sistema produtivo quanto nas relações sociais que regulam a quem e quanto se destina a riqueza produtiva (FRIGOTTO, 2005, p. 74).

A educação é um direito de todos os cidadãos, sendo a escola o espaço social que é responsável pela organização, produção e apropriação dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade. Cabe a escola organizar selecionar e difundir os conhecimentos, valores, atitudes que sejam fundamentais para serem trabalhados no ambiente escolar. E o currículo escolar expressa essa organização.

Segundo Davini (1999) o currículo é um plano pedagógico, organizado para orientar o processo de ensino-aprendizagem, de forma sistemática dentro da instituição escola, e será organizado e executado de acordo com as concepções que os sujeitos envolvidos no processo educativo têm a respeito de homem, cultura, ensino etc.

Após a promulgação do Decreto 5.154/04, que propõe a realização da educação profissional integrada à educação básica, é que se inscrevem a possibilidade de uma educação fundamentada em princípios, valores éticos, conhecimentos científicos, artísticos, filosóficos e culturais, necessários para o desenvolvimento humano.

A concepção do ensino médio integrado vislumbra a possibilidade da educação se constituir como formadora de homens e mulheres que possam atuar profissionalmente atendendo as demandas da produção, mas acima de tudo sejam seres humanos críticos e conscientes.

Mas o que é integrar? Conforme Ciavatta (2005) integrar é dar sentido de completude, de compreender as partes que formam o todo, tratando a educação como uma totalidade social, nas suas múltiplas mediações históricas. O que se pretende com a integração é garantir ao adolescente, ao jovem e adulto trabalhador, o direito de uma formação completa para a atuação como cidadão integrado à sua sociedade política.

O currículo integrado tem como núcleo básico a articulação entre: trabalho ciência, cultura e arte. É através do trabalho mediado pelo conhecimento, ciência e tecnologia que os seres humanos criam e recriam a sua própria existência, transformando a natureza para prover a sua sobrevivência. Ciência, pois no currículo escolar são

selecionados e organizados os conhecimentos que a escola acredita serem relevantes dentro dos diversos campos da ciência, para explicar os conceitos que proporcionarão a compreensão da realidade. E quanto a cultura, deve-se considerar sua relevância na formação de raízes e construção das identidades dos educandos no sentido de alargar os horizontes de cada um, para compreensão do real, na sua totalidade. E finalmente a arte, que.

“[...] ajuda na ampliação dos sentidos, no conhecimento pessoal e do outro, podendo assim o sujeito se reconhecer no outro, em sua individualidade e universalidade” (FERREIRA e GARCIA, 2005, p. 170).

Analisando o projeto do curso de edificações do PROEJA de Jataí percebi que este não apresenta aspectos coerentes com um currículo integrado, que precisa ser reconstruído pautado na realidade dos jovens e adultos da nossa sociedade. Esse momento de construção aponta discussão, organização curricular, pois é o momento onde marcamos os tempos e os espaços de ensinar e aprender, onde a diversidade de alunos apresentada nos leva a construção de um currículo flexível com a qualidade pedagógica que assegura as articulações desse público de jovens e adultos. A esse respeito a Coordenadora pedagógica diz que: “Entendemos que o nosso currículo está longe de atender as necessidades e expectativas do curso e do nosso aluno.” (Terezinha, depoimento, 2009)

O projeto analisado consta de informações técnicas relativas ao curso de Edificações, não tendo um item que contemple aspectos a serem trabalhados, desenrolados, partindo da realidade dos mesmos. Esse projeto não foi feito pensando no aluno do PROEJA, e sim no do curso regular do Ensino Técnico. Esse fato é um dos principais fatores que contribuíram para que houvesse um número intrigante de evasão da primeira turma do PROEJA de Jataí do ano 2006.

Ainda conversando com a Coordenadora Pedagógica da Instituição a mesma relatou-nos que em alguns momentos de discussão alguns professores da área técnica discutem a questão curricular, criticam esse público e falam que a matriz curricular precisa ser mudada, até mesmo o próprio curso, mas até o momento não apresentaram nenhum projeto coerente.

Entretanto, a formação integrada que hoje se defende só poderá ser realidade factual em nossas escolas, se as instâncias públicas governamentais tomarem como meta a sua defesa e implementação, priorizando a universalização da educação básica. Para isso se requer que as instâncias governamentais invistam em políticas

públicas educacionais, que assegurem educação de qualidade para seus cidadãos. Como está fazendo o governo federal atual, em relação aos incentivos para a implantação do Proeja.

De acordo com Santomé (1998), qualquer instituição que se proponha a um planejamento de currículo integrado, necessita refletir antes de tudo sobre o que se pretende alcançar com tal proposta. Primeiramente, devem-se verificar quais pessoas estarão envolvidas no decorrer do projeto e sua disposição para o trabalho coletivo. Em seguida, considerar matérias e conteúdos que farão parte da proposta, como se realizará a organização do processo, a comunicação entre os envolvidos, horários, espaços necessários, recursos disponíveis e tempos para o planejamento das atividades de integração.

O curso de Edificações/ Proeja de Jataí em primeiro momento foi imposto tanto pelo decreto que o instituiu como pelo gestor daquela Época não havendo assim uma aceitação imediata do curso. No primeiro momento o coordenador e professores não se mobilizaram por isso houve muita dificuldade e resistência. Com a troca do coordenador do curso e muita insistência da coordenação pedagógica, o novo coordenador começou a se envolver e aos poucos começou a participar das discussões relativas ao Proeja.

Nesse momento de turbulência o então coordenador de ensino da época, mobilizou algumas reuniões que acontecia uma vez por mês, com pessoas julgadas por ele interessadas no curso. Foi nesse período que o pedagógico fizeram a restauração do projeto político pedagógico e suas ementas.

Quanto ao envolvimento dos professores esse acontece de uma forma estranha, nos encontros coletivos a maioria dos participantes é do núcleo comum, que tem uma parcela significativa de professores Estaduais. É importante lembrar que só uma dessas professoras não possui experiência em EJA. Os professores da área técnica, raramente comparecem aos encontros alegando incompatibilidade de horários.

No que se refere ao material didático, a coordenadora foi em busca do material da EJA e juntamente com o material do Ensino Integrado da Unidade Escolar, os professores de posse desse material fizeram a seleção dos conteúdos que julgavam necessário montando assim uma apostila.

Com o desenrolar do curso houve a compra de materiais didáticos específico para o curso, como livros didáticos, revistas computadores que são recursos utilizados pelos professores na aprendizagem dos alunos.

Na área técnica os conteúdos trabalhados são os mesmos do curso de construção Civil integrado, porém os professores tentam adequá-los para atender o público do PROEJA que de qualquer maneira é um público diferenciado.

Precisamos melhorar muito quanto a adequação de conteúdos (coordenadora, depoimento, 2009).

O que se percebe é que mesmo com o crescimento do curso, aceitação parcial dos professores e preciso criar mecanismos específicos para o curso, pois de nada vai adiantar fazer recortes de outros cursos e jogá-los no Proeja isso não dá certo, é necessário que comece desde o início com cursos de sensibilização explicando o que é o Proeja, qual sua importância, que tipo de público ele atende etc. “Peguei o Proeja andando. Tinha noções muito vagas do que era o Proeja” (Coordenador da Construção Civil, 2006).

Todos estes fatos mencionados interferem sobremaneira na qualidade do trabalho e na permanência dos alunos no curso. Como diz Paulo Freire (1966,p.30)“*ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação*”.

Para que se tenha melhor destaque reunimos cinco pressupostos fundamentais a esse trabalho, quais sejam: homem como ser histórico e social; gestão democrática; trabalho por projetos curriculares integrados; perfil do profissional que se quer formar e tratamento metodológico dos saberes, conforme focaremos abaixo.

A concepção de homem como ser histórico e social consiste em resgatar a centralidade do ser humano, isso significa que a organização curricular deve considerar o homem como ser histórico e social, e o princípio de que a realidade concreta é uma totalidade. Seria conceber o homem como ser que estabelece relações com outros homens e com a natureza e nessa ação e transforma-a produzindo através desta ação conhecimentos. Gestão democrática envolvendo todos os agentes educacionais. Toda a comunidade escolar deve ser participativa e ativa no processo. O engajamento de gestores, professores, alunos e familiares visando à participação, troca de idéias e experiências, que favorecem a organização do processo ensino-aprendizagem, integrando os conhecimentos da formação geral e profissional.

É preciso que se discuta e se procure elaborar, coletivamente, a estratégia acadêmica científica de integração. Tanto os processos de ensino aprendizagem como de elaboração curricular devem ser objeto de reflexão e sistematização do conhecimento através das disciplinas básicas e desenvolvimento de projetos que articulem o geral e o específico, a teoria e a prática dos conteúdos (CIAVATTA, 2005, p. 100).

De acordo com Santomé (1998), no trabalho de formação de pessoas críticas, ativas e solidárias, e de ajuda à reconstrução da realidade é indispensável prestar atenção aos conteúdos culturais, às estratégias de ensino, aprendizagem e avaliação necessários para tal missão.

A realidade do Proeja e outra, e não atende aos requisitos proposto por Santomé, os professores estaduais trabalham de forma integradora enquanto os da área técnica não. Se houvesse a junção do todo com certeza a evasão seria bem menor.

O trabalho por projetos curriculares integrados (assim como temas geradores, redes e complexos temáticos) tem se mostrado uma metodologia que favorece esse objetivo de atuação e construção coletiva, utilizados por professores conscientes de um papel diferenciado. O desenvolvimento de um trabalho curricular integrado requer professores arrojados. Isso significa professores que tenham a disposição de inovar, que busquem por uma atividade criadora e propiciem ao aluno se apropriar da teoria e prática dos conteúdos estudados. Segundo Santomé (2004), o professor deve ser capaz de estimular a colaboração e a participação de todos na sala de aula, sabendo respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem, garantindo o direito a cada aluno de ser escutado, respeitado e valorizado. Em relação ao Proeja de Jataí a realidade é outra, conversando com um dos entrevistados este me relatou: “Sai do curso, por causa de um professor, que disse que esse curso, era para alunos novos e inteligentes” (Aluno C, depoimento, 2009).

Essa é mais uma das causas da evasão. É o professor tradicional que não enxerga o potencial de seus alunos independente da idade. Além de demonstrar junto aos alunos da EJA um preconceito desmedido e a falta de ética profissional, apenas a partir de uma perspectiva de modelo ideal de aluno. Temos que trabalhar é com o aluno real, entre eles os da EJA, e não com o ideal.

Perfil do profissional que se quer formar e tratamento metodológico dos saberes: segundo Davini (1999), é indispensável iniciar a elaboração da proposta, partindo da definição de atribuições que fazem parte da prática social da profissão que se quer formar. Para elaboração deste perfil, além de suas atribuições, devem-se considerar as características do meio social onde a profissão se desenvolve e dos alunos, seus modos de vida, seus valores, costumes e crenças. Na implantação do curso em Jataí nada disso foi proposto, mas ao longo dos anos, estamos tentando propiciar essa mudança. É muito preocupante esse fato em nosso meio.

De acordo com Ramos (2005), a formação precisa ir além do que exige o mercado de trabalho. Portanto é uma formação que ultrapassa o limite do desenvolvimento de currículo por competência e da fragmentação dos conteúdos.

Os conteúdos de ensino não têm fins em si mesmos, nem se limitam a insumos para o desenvolvimento de competências. Os conteúdos de ensino são conceitos e teorias que constituem sínteses da apropriação histórica da realidade material e social pelo homem (RAMOS, 2005, p. 114).

Um currículo integrado deve articular dinamicamente o ensino e o trabalho, considerando em sua operacionalização a interação teoria e prática, que são indissociáveis entre si, tanto para o exercício profissional como para garantir uma aprendizagem significativa que propicie a visão do real, enquanto concreto pensado, numa perspectiva crítica de ferramenta de luta em prol da transformação social.

No currículo do curso PROEJA em Jataí isso não ocorre apesar de ser proposto, porque não há integração do todo, o trabalho é desenvolvido de forma fragmentado, sendo assim há uma distancia enorme entre teoria e pratica.

De acordo com Santomé o ensino integrado propicia aos educandos analisar os problemas a partir do ponto de vista de diferentes áreas do conhecimento, eximindo-se da perspectiva de uma única disciplina.

Tal proposta de trabalho esta prevista na organização curricular do curso onde diz que “cada período semestral é formado por um conjunto de disciplinas fundamentadas numa visão de áreas afins e interdisciplinares. Só que na pratica é diferente: “Tem professor que nunca participou de uma reunião, outros de certa forma buscam isso” (Coordenadora Pedagógica, depoimento, 2009).

Se nunca participou de nenhuma reunião como trabalhar de forma interdisciplinar se não houve uma ligação entre disciplinas e também com a realidade vivenciada por eles como avaliar o conhecimento do todo.

Para integrar os vários eixos que devem compor o currículo, Ramos (2005) aponta que os fatos e situações relevantes para compreender a realidade, o meio social e os processos tecnológicos da área profissional devem ser problematizados, de forma que, para responder o problema suscitado, seja necessário se reportar aos conceitos e teorias socialmente construídos e sistematizados, pois todo novo conhecimento advém de um anterior. Santomé enfatiza que a interdisciplinaridade é necessária para a pesquisa e a criação de formas de explicação da realidade.

A interdisciplinaridade (...) não é apenas uma proposta teórica, mas, sobretudo prática. Sua perfectibilidade é realizada na prática na medida em

que são feitas experiências reais de trabalho em equipe, exercitam-se suas possibilidades, problemas e limitações (SANTOMÉ, 1998, p.06).

A interdisciplinaridade implica fazer com que as disciplinas em contato umas com as outras vão se modificando e passem a depender claramente uma das outras. Dessa forma estabelece uma interação entre duas ou mais disciplinas. Trabalhar de forma interdisciplinar faz com que os alunos fiquem mais capacitados para enfrentar problemas que transcendem os limites de uma disciplina concreta e para detectar, analisar, e solucionar novos problemas.

A motivação para aprender é muito grande, pois qualquer situação ou problema que preocupar ou interessar os estudantes poderá transformar-se em objetos de estudos (Santomé, 1998, p. 74).

Os únicos trabalhos realizados de forma interdisciplinar que tem sido feito entre algumas disciplinas articulados pelos professores estaduais que vêem maior motivação por parte dos alunos nas execuções das tarefas. Tal fato ocorre devido a experiência que tem com a EJA e a vontade de vê-los formados superando todas as barreiras. Quando perguntado aos alunos sobre quais as disciplinas e professores com quais se identificavam mais, todos os alunos pesquisados responderam ser as do núcleo comum Estaduais.

O atual interesse pela interdisciplinaridade tem muito a ver com uma sociedade cada vez mais desenvolvida e com uma vida social com maiores parcelas de participação, no qual o planejamento torna-se um conceito chave. A interdisciplinaridade vem desempenhando um importante papel na solução de problemas sociais, tecnológicos e científicos, contribuindo ao mesmo tempo de forma decisiva para estabelecer novos e ocultos problemas que não podem ser vislumbrados por disciplinas isoladas.

A interdisciplinaridade é uma proposta metodológica que visa a integração dos conhecimentos das diversas áreas e disciplinas dentro de um currículo escolar. De acordo com Santomé (1998) é um objetivo que deve ser buscado permanentemente, pois muitos fatores contribuem para que não ocorram processos interdisciplinares nas escolas, especialmente as dos próprios professores que criam barreiras no interior das disciplinas propiciando assim o isolamento entre as mesmas.

Outro aspecto ainda a enfatizar diz respeito à avaliação. A organização curricular do ensino integrado deve prever avaliação contínua e processual, presente em todas as fases do processo ensino-aprendizagem e não restrita a trabalhos finais.

Em conversa com a coordenadora Pedagógica Terezinha Bernades sobre como acontece a avaliação no Proeja a mesma disse que o previsto são duas avaliações que necessariamente não precisam ser prova, alegou ainda que até mesmo os professores da área técnica são flexíveis e diversifica ao Máximo as formas de avaliar, nesse sentido há um avanço na forma de avaliar que é contínua e processual.

2.2 - Avaliação inclusiva do aluno do Proeja

O processo de avaliação da aprendizagem como uma ação inclusiva ou não de alunos jovens e adultos é o que pretendemos analisar se realmente ocorre no Curso de Edificações do Proeja do IFG em Jataí. A avaliação da aprendizagem por muito tempo foi construída dentro de um processo de exclusão em que sempre se perpetuaram práticas que divergiam da realidade social e cultural do aluno. Tais práticas têm como consequências o alto índice de evasão de alunos jovens e adultos das atividades educacionais, o que não é diferente em alguns cursos do Proeja.

No que se refere ao Proeja de Jataí a avaliação não caminha na linha diagnóstica, processual e formativa. Por isso é importante atentar para a formação dos profissionais que atuam diretamente com jovens e adultos advindos de uma realidade social com inúmeras dificuldades de ordem familiar, econômica, cultural dentre outras, pois eles internalizam a continuidade dos estudos como a resolução de seus problemas e, muitas vezes, o despreparo dos professores em saberem lidar com as diversidades existentes no âmbito escolar, configura-se um dos problemas que se reflete na avaliação no processo ensino-aprendizado do aluno.

Consequentemente o aluno acaba sendo excluído por vários motivos, um deles pode ser a prática avaliativa realizada, geralmente com o propósito de medir o conhecimento no final do processo, e não enquanto uma avaliação processual, contínua, diagnóstica e formativa desenvolvida no cotidiano do aluno, desconsiderando os aspectos sócio-históricos e culturais.

A avaliação da aprendizagem do aluno jovem e adulto possui algumas características peculiares de agir, superando claramente o papel tradicional da avaliação como controle externo dos níveis de rendimento alcançados pelos alunos. Segundo Hoffmann, avaliar é oportunizar e dinamizar a ação-reflexão constante da ação docente, acompanhando o aluno num olhar permanente de sua construção de verdades, permitindo com isso a formação de seres críticos libertários e participativos do mundo que o cerca.

O primeiro passo para o sucesso do aluno e do processo ensino-aprendizagem é diagnosticar o perfil do aluno, o que abrange conhecimento prévio quanto aos aspectos sociais, afetivos e culturais etc. Tais informações são essenciais à análise dos diferentes aspectos da aprendizagem dos educandos e a organização da política educativa.

Nesse sentido o processo de avaliação no Proeja em Jataí acontece de forma contínua durante todo o semestre, os alunos que faltam nas aulas por motivo de trabalho, doença e que tem sua falta justificada não são prejudicados caso tenha perdido alguma avaliação estes fazem outras posteriormente.

Minha maior preocupação é a forma como os alunos do Proeja estão sendo avaliados. Eu faço um trabalho de conscientização junto aos professores e sempre que os educandos deixam de fazer alguma avaliação eu os oriento a conversar com seus professores que prontamente repõe o que foi perdido (Coordenadora Pedagógica, depoimento, 2009).

Um exemplo a ser citado é de um aluno que escreve muito mal, a preocupação da *Professora B* que procurou a coordenadora pedagógica no sentido de procurar caminhos que auxiliasse o educando a se desenvolver já que a mesma não queria prejudicá-lo. Dessa forma a solução encontrada foi trabalhar essa deficiência junto com outras disciplinas port-mat no sentido de colocá-lo a escrever, muita leitura e avaliar também a sua oralidade.

Outro caso acontecido contado pela Coordenadora Pedagógica foi de um aluno que não assistiu nenhuma aula da Professora C e que mesmo assim se sentiu no direito de fazer a avaliação perdida, resultado o professor aplicou a avaliação só que ele foi reprovado na disciplina por falta.

Analisando esses depoimentos e tudo que vejo, e ouço pela Instituição esse é um ponto hiper importante que com certeza irá contribuir para a permanência do aluno na escola.

O conhecimento do contexto social dos alunos é de fundamental importância para o processo de ensino. A partir das características do grupo o professor trabalhará valores, conceitos, linguagens e atitudes. Podemos dizer o mesmo do conhecimento psicológico e cognitivo dos alunos, pois é a partir dessas informações que o professor poderá adequar seu planejamento e suas estratégias de ensino (MORETTO, 2001, p. 45).

O entendimento de avaliação como instrumento para identificação de dificuldades do processo educativo com fins de aperfeiçoá-lo também é indicado no documento base do Proeja.

A avaliação abrange todos os momentos e recursos que o professor utiliza no processo de ensino aprendizagem, tendo como objetivo principal o

acompanhamento do processo formativo dos educandos, verificando como a proposta pedagógica vai sendo desenvolvida aí se processando, na tentativa da sua melhoria ao longo do percurso (Brasil, 2006, p. 51).

O projeto do curso de Edificações é muito técnico e não aborda essa questão de forma clara dentro dos padrões como deveria ser. A avaliação do processo de ensino-aprendizagem deve ser necessariamente participativa, incluindo a avaliação diagnóstica, formativa e processual do aluno pelo professor, bem como a autoavaliação: com a avaliação do próprio aluno e avaliação do professor pelo aluno como forma de incentivar o diálogo aberto e sincero entre professor e aluno, e a elaboração de um plano em conjunto para redimensionar o processo e resolver as possíveis dificuldades.

Ao avaliar o aluno, o docente deve considerar os aspectos cognitivos, afetivos e relacionais, considerando-os como parte do processo inclusivo do educando, a qual necessita ocorrer em qualquer tempo que o professor precisar de informações, compondo o diagnóstico da aprendizagem, a fim de possibilitar o planejamento de ações para intervir por meio de um ensino adequado às necessidades dos educandos. O diagnóstico envolve tanto a ação contínua do professor no processo de avaliação do aluno, quanto do educando sobre si mesmo, se auto-avaliando.

Esse momento de reflexão analise ao processo de avaliação feito pelos professores, alunos e coordenadores sempre que necessário isso e bem visível na falta da professora de matemática.

A das minhas formas de avaliar e pedir aos alunos que faça um comentário por escrito apontando como ocorreu o aprendizado do conteúdo trabalhado a maneira como me portei frente as explanações e atingir meu objetivo que e de faze-los aprender o conteúdo ministrado,se a receptividade foi boa ou não (Professor C, depoimento, 2009).

A esta forma de avaliação, chamamos de avaliação diagnóstica e formativa que permite ao aluno refletir sobre seu próprio desempenho e avaliar sobre si mesmo dentro do contexto educativo. Trata-se de uma avaliação inserida no processo educativo que favoreça ao aluno raciocinar sobre a realidade que o cerca, associar o currículo a sua realidade sócio-histórica, compreender o processo de transformação social e possuir capacidade de aplicar seus conhecimentos em situações cotidianas.

Para dar conta da complexidade do processo de aprender a avaliar numa perspectiva inclusiva dos sujeitos jovens e adultos do Proeja, faz-se necessário pensar em instrumentos diversificados e mais adequados a heterogeneidade existente nos espaços escolares.

Essa heterogeneidade de alunos é um dos pontos principais do Proeja de Jataí, aqui o aluno é avaliado de diferentes formas. Quando falamos em instrumentos avaliativos queremos dizer que os diversos tipos de instrumentos como: atividade em grupo, apresentação em painéis, seminários, debates, provas etc, precisam ser utilizados, pois o professor precisa entender que:

Toda a produção dos alunos passa a ser significativa, pois reflete em determinado conhecimentos, desde que o professor entenda como o aluno elaborou determinada resposta para então definir quais intervenções e atitudes coletivas e individuais deverão ser realizadas para dar continuidade ao seu processo de desenvolvimento (CADERNOS ESCOLA PLURAL, volume 4, 2003, p. 8)

Portanto, os processos avaliativos dos alunos dentro da perspectiva integral de formação se tornam decisivos para promover a inclusão dos alunos do PROEJA e oportunizar maiores chances deles saberem lidar com a realidade que os cercam, terem mais oportunidades de ingressarem no mundo do trabalho, e compreenderem e relacionarem o conhecimento com sua realidade.

Todo esse processo contribui e muito para a permanência do aluno na escola. Só que no Proeja em Jataí, mesmo com esforços direcionados a esse fim, o motivo da evasão extensa que ocorreu no ano de 2006 não foi por esse motivo.

2.3. - Refletindo uma nova visão na formação do professor do Proeja

No Proeja de Jataí, o processo avaliativo torna-se um desafio ainda maior para os docentes, pois o programa trabalha com um currículo integrado, que integra a última etapa da educação básica e a uma formação profissional. Portanto, o professor não deve entender somente de sua disciplina, ele precisa de um conhecimento amplo para desenvolver um currículo fundamentado na integração de trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral, o que demanda formação continuada permanente.

O documento final do encontro nacional da Anfope sugere como a formação continuada deve ser entendida.

A formação continuada dos professores deve ser entendida como a continuidade da formação profissional, proporcionando novas reflexões sobre ação profissionais e novos meios para desenvolver e aprimorar o trabalho pedagógico um processo de construção permanente do conhecimento e desenvolvimento profissional (ANFOPE, 1998, p. 30).

Quando a formação serve apenas para certificar o docente, a avaliação da aprendizagem poderá ser justificada, pois mesmo habilitado o professor não saberá

como avaliar adequadamente seus alunos, por não ter discutido e nem refletido durante o curso sobre essa questão. Além disso, outro aspecto importante a salientar é que a maioria dos cursos de licenciatura não prevêem a formação de professores para atuar com o público jovem e adulto.

Essa dura realidade de professor sem formação específica para o curso da EJA em Jataí é de 108/0, todos os professores tem graduação em outras áreas uma parte com experiência em EJA outros não, esse fato está posto no histórico do Proeja que diz que a maioria dos professores completa apenas a carga no curso.

A formação continuada de professores, no século XXI, normalmente é feita por meio de treinamentos e cursos rápidos, na maioria das vezes, descomprometidos com a pesquisa, a investigação e formação interdisciplinar, sendo que isso compromete a educação dos alunos, tanto na educação regular quanto na educação direcionada a jovens e adultos, pois o conhecimento e a metodologia utilizada para trabalhar nesses cursos são diferentes, em função também das diferentes demandas educacionais desse público.

Em 2004 surge um novo desafio aos docentes que trabalham com a educação de jovens e adultos. Esse desafio é saber integrar os conhecimentos da educação profissional à educação básica, por meio de um Programa denominado de Proeja, esta modalidade requer professores com uma formação ampla e de qualidade, de caráter crítico e reflexivo, orientado pela e para responsabilidade social. Sobre a formação continuada dos docentes o programa previa qualificar cerca de 1.500 profissionais com o objetivo de:

Formar profissionais com capacidades para atuar na elaboração de estratégias, no estabelecimento de formas criativas das atividades de ensino aprendizagem e de prever proativamente as condições necessárias e as alternativas possíveis para o desenvolvimento adequado da educação profissional, técnica de nível médio integrada ao ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Considerando as peculiaridades, as circunstâncias particulares e as situações contextuais concretas em que programas e projetos deste campo são implementados (MEC, 2006, p. 08).

Pensando num Proeja que atendesse todos os requisitos exigidos pelo MEC é que foi oferecido um curso de Especialização na modalidade de jovens adultos onde professores de todas as esferas poderiam participar.

A seleção ocorreu através de currículo. Dos professores do IFG/Jataí que participaram do curso foram apenas 3, todos da rede Estadual e apenas o Coordenador do curso de Edificações Proeja. Esse fato é triste e merece um repensar e uma tomada de decisão em relação a esse fato.

Como obter uma prosperação do curso se não há um envolvimento do todo? Para lidar com a heterogeneidade existente no espaço escolar, em especial na EJA, o profissional da educação necessita ter em sua formação inicial, currículos que levem em conta não somente as mudanças referentes à metodologia, técnicas e práticas educativas, mas também dê ênfase à questão das dimensões pessoal e também cultural do professor, assim como este precisa manter-se atualizado em formação contínua.

Haja vista que a construção do conhecimento se dá a todo o momento do processo educativo e acompanhar a evolução do aluno no aprendizado, torna-se um desafio para os docentes, pois este acompanhamento requer ação contínua, com vistas a acompanhar e registrar o aprendizado do aluno. Acredita-se que um dos aspectos fundamentais para contribuir para a garantia da permanência do aluno jovem e adulto no Proeja é fazer um diagnóstico do aluno individual e coletivamente, e a partir desse diagnóstico proporcionar atividades e orientações que favoreçam a retomada a partir das dificuldades apresentadas, retroalimentando o processo e novamente avaliando, numa perspectiva de avaliação formativa.

Esse diagnóstico é feito com uma frequência muito grande no curso visto que a turma rumo a conclusão do curso é de 5 alunos, então segundo relato de alguns professores e possível saber tudo sobre esses alunos o que produzem individualmente e coletivo e também problemas extra escola,

Esses fatores citados estão presentes na fala dos alunos evadidos do curso de Edificações PROEJA/Jataí. Entre eles uma aluna que desistiu do curso faltando pouco tempo para o encerramento do bimestre, informa: “Discussão com um professor e a mudança de um serviço leve para um pesado fez com que eu desistisse do curso” (Aluna Y, depoimento, julho de 2009).

Portanto, o processo de avaliação da aprendizagem do aluno do Proeja precisa ter um olhar especial, é preciso que ela esteja articulada com as demais categorias desse processo e com a devida qualificação dos professores.

E para que ela realmente se efetive é essencial que a relação professor-aluno seja dialógica, para a construção dos instrumentos, perfil dos alunos da EJA e a formação dos professores que deve considerar entre outras coisas, a realidade sociocultural desses alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O domínio de uma profissão não exclui o seu aperfeiçoamento ao contrario será mestre quem continuar aprendendo.

Pierre Furtier (1968, p.20)

Ao longo do trabalho, percebi que a história da educação é arcaica, sempre houve uma forma de ensinar os que tinham condições financeiras ou poder recebiam um ensinamento diferenciado daqueles que não apresentavam essas características,

A percepção que esses jovens adultos têm da escola é permeada pelas experiências escolares anteriores, em que tudo era na base da memorização dos conteúdos, hoje a metodologia é diferenciada: o aluno deve entender e aprender e a não satisfação das necessidades de aprendizagem mais imediatas leva-os a se intitular sujeitos incapazes, o que, os fazem abandonar as aulas. Outra questão esta relacionada ao trabalho que e o principal motivo para que esses educandos deixem à escola. E é esse mesmo trabalho que os fazem voltar devido a exigência da sociedade capitalista que exige cada vez mais formação especifica. Esse fato ficou comprovado na pesquisa realizada. Analisando o projeto do curso de edificações/Proeja descobri que o mesmo e muito técnico, frio e que precisa ser refeito com a participação de todos os envolvidos nessa modalidade de ensino, já que isso não ocorreu nem na elaboração e nem na implantação do mesmo que foi imposto pelo governo federal através de um decreto e pela direção daquele ano, sendo esse um dos motivos dos professores federais da área técnica mostrarem uma rejeição enorme pelo curso, causando assim um descontentamento tanto nos professores quanto nos alunos.

Quanto aos alunos evadidos do Proeja do ano de 2006, dos trinta e um (31) matriculados conseguimos pesquisar apenas 12 dos que deixaram o curso, os quais afirmaram ser por não conciliarem trabalho e estudo, são educandos na faixa de 19 há mais de 40 anos, moram com a família, a maioria tem casa própria e atua em profissões

diversas, faxineira, empregada doméstica vigilante mestre de obras entre outras. Esses entrevistados continuam fora do recinto escolar, mas todos foram unânimes em afirmar que têm intenção em voltar a estudar, atualmente o curso conta com apenas 5 alunos.

Os profissionais da educação que atuam no Proeja, não possuem formação específica e nem experiência com a EJA (professores federais), quanto aos professores estaduais estes, em sua quase maioria, têm experiência com a EJA e têm uma aceitação bem grande pelos alunos, que ainda permanecem no curso.

Um curso que de certa forma foi imposto pela direção, sem a aceitação dos professores, só poderia obter resultados insatisfatórios, cabe agora a Instituição fazer uma reflexão sobre o Proeja na unidade, e fazer um trabalho de capacitação com os professores, mostrando a importância da permanência de jovens adultos na escola e que esta depende muito do professor e do conjunto da escola.

É imprescindível que todo o sistema educacional, o poder político, o corpo discente, docente e comunidade se envolvam no sentido de mudar essa situação posta, pois assim cria-se uma consciência coletiva e a escola poderá ter a oportunidade de cumprir sua missão, que é de desenvolver, construir e reconstruir o saber dentro do processo dinâmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARONE, R.R.M. *Educação e políticas: questões para o debate*, In: SENAC, Boletim Técnico do SENAC, São Paulo, v.26, n.3,2000.

BRASIL, *Decreto nº 5154 de 23 de julho de 2004*. Regulamenta o 2º do arts.39 a 41 da Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004.

_____, *Decreto nº2208 de 17de abril de 1997*. Regulamenta o 2º parágrafo do art.39 a 42 da lei Federal nº9394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1997.

_____, *Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996* – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. Programa de Integração da educação profissional técnica de nível médio ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos. *Documento Base*, Brasília: MEC, 2006.

_____. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memórias e de identidade. In: FRIGOTTO, G. CIAVATTA. M., RAMOS, M. (orgs). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. O trabalho como princípio educativo. SALTO PARA O FUTURO/TV, agosto, 2006.

CUNHA, Charle Morera. Silva, Maria Clemência de Fátima. A Educação de Jovens e Adultos: a diversidade de sujeitos, práticas de exclusão das identidades em sala de aula. Belo Horizonte, Formato Editorial, 2004. 1ª ed.

CURY, Carlos Roberto Jamil. 2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. In: Brasil. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). *Parecer nº 11, 7* de julho de 2000. Brasília: CNE/CEB.

DAVINI, M. C. Currículo integrado. SANTANA, J. P; CASTRO J.L. (org.). *Capacitação em Desenvolvimento de Recursos Humanos CADRHU*. Natal: Ministério da Saúde; Organização Pan – Americano da Saúde; Ed. Da UFRN, 1999.

ENCONTRO NACIONAL DA ANFOPE. *Documento Final*. Campinas, 1998.

FERREIRA, E. B., GARCIA, S. R. O. O ensino médio integrado à educação profissional: um projeto em construção nos estados do Espírito Santo e do Paraná. In: FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M., RAMOS, M. (orgs.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, PAULO. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. Concepção e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M., RAMOS, M. (orgs.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. *Avaliação: Mito e Desafio: uma perspectiva construtivista*. Porto Alegre: Mediação, 1999, 27ª ed. Revista.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradutor: Luiz Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins fontes, 2001.

MORETTO, Vasco Pedro. *Prova: um momento privilegiado de estudo não um acerto de contas*. Rio de Janeiro> Oppa, 2001.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. In: *Revista Brasileira de Educação* nº12. Set. 1999.

PAIVA, Jane. *Espelho, Espelho Meu: diga-lhes quem sou eu*. In: *Um Salto Para o Futuro – Série Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro, Programa nº. 4, 08/05/1997.

_____. *Que conteúdos? Dilemas da educação de jovens e adultos*. In: *Um Salto Para o Futuro – Série Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro, Programa nº 8, 14/05/1997.

PAIVA, Jane. *Educação de Jovens e Adultos: uma história negada*. In; *Um Salto Para o Futuro – Série Educação de Jovens e Adultos*.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado, In: FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M., RAMOS, M. (orgs.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

RODRIGUES, Maria Emilia de Castro. *Escola Pública e a Alfabetização das classes Populares: análise crítica e uma proposta alternativa*. Goiânia: Monografia (Especialização) - Faculdade de Educação/UFG,1990.

SANTOMÉ, J. T. *Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

VENTURA, Jacqueline P. *Educação de jovens e adultos trabalhadores do Brasil: revendo alguns marcos históricos*. Disponível em <http://WWW.uff.br/ejtrabalhadores/artifo-01.htm>. Acesso em 17 de janeiro de 2006.

Anexos

Dados Pessoais

1. Sexo M F
2. Estado Civil Solteiro Casado Viúva Separada/Divorciada
3. Idade 18 a 20 Anos 19 a 24 Anos
 31 a 35 Anos 36 a 40 Anos Mais de 40 Anos
4. Qual o tipo de escolas que você estudou?
 Particular Pública Conveniada
5. Qual o meio de transporte utilizado por você para ir a escola?
 a Pé Carona Ônibus/Coletivo Outros
6. Qual o principal motivo que te levou a matricular-se no curso Técnico em Edificações Proeja/Jataí?
 Vontade de ter um curso profissional
 Já estar atuando na área
 Adquirir novas amizades
 Outro/qual?
7. Você já iniciou o ensino médio alguma vez?Quantas?
 1 Vez 2 Vezes 3 Vezes Outros
8. Você encontrou dificuldades durante o curso?Quais?
 Com os conteúdos
 Conciliar trabalho e estudo
 A falta de estímulo por parte dos professores
 Falta de atrativo do curso
 Outros>quais?
9. Quais os motivos que levaram ao abandono do curso?
 Motivo de trabalho Não gostar do curso
 Motivo de família Não encontrou estímulos
 Motivo de doença suficientes
10. Qual o respaldo que o Ifet te deu durante s sua permanência no curso?
 Apoio psicológico

- Bolsa
- Incentivo em forma de palestras falando sobre a importância do curso
- Apoio pedagógico

11. No que se refere aos professores.

- São capacitados e ministram aulas muito bem
- São humanos e calorosos ajudam nas dificuldades sanando Nossas duvidas
- Não tão nem aí, cada um para si
- Outro - qual?

12. Você gostaria de concluir o ensino médio ?

13. Você acha que no mundo globalizado em que vivemos o estudo é importante? Por que?

14. Qual a sua profissão?

15. Você tem pretensão a voltar a estudar?

16. Você tem formação profissional?